

# Educação é um Direito:

A experiência do  
projeto Territórios  
em Rede em Marabá

**Marabá**

Pará

Territórios  
em **Rede**



# Educação é um Direito:

A experiência do  
projeto Territórios em  
Rede em Marabá

**Marabá**

Pará

2023

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:



# Ficha Técnica

## FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva

**Presidente do Conselho de Curadores**

Flavia Constant

**Diretora Presidente**

Pâmella De-Cnop

**Diretora Executiva**

Fernanda Fingerl

**Gerente de Metodologias Sociais**

Marcus Finco

**Gerente Norte**

Maykell Costa

**Gerente Sul/Sudeste**

Andreia Prestes

**Analista Especialista de Metodologias**

Marluce Braz

**Analista de Metodologias**

Juliana Barreto

**Analista Norte/Nordeste**

Maria Alice Santos

**Analista Sul/Sudeste**

Fabio Macedo

**Comunicação Fundação Vale**

## CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa

**Diretora Executiva**

Paula Patrone

**Coordenadora Institucional**

Raiana Ribeiro

**Coordenadora de Programas**

Eliana Sousa Silva

**Consultora Metodológica**

Julia Ventura

**Gestora Estratégica**

Gisele Martins

**Gestora Estratégica de Campo**

Dalcio Marinho

**Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento**

Felipe Tau

**Gestor Executivo**

Bianca Cambiaghi

**Gestora de Monitoramento e Avaliação**

Filipe Mendonça

**Gestor de Monitoramento e Avaliação**

Daniele Moura

**Gestora de Comunicação**

Elza Aleixo

**Gestora de Campo**

Ana Karla Galindo

**Gestora de Polo**

Sabrina Bairros

**Analista de Comunicação**

Marco Faganello

**Analista de Monitoramento e Avaliação**

Fernando Nascimento

**Assistente Monitoramento e Avaliação**

Ana Paula Santana

**Assistente de Projeto**

## **Equipe Territórios em Rede**

### **Marabá**

Maísa Gaia

**Gestora Local**

Alice Santos

**Supervisora Local**

Ana Karla Galindo

**Gestão Local**

Maisa Matos

**Supervisão**

Alice Santos

Aline Gois

Bianca Coelho de Souza

Cristilene Longobardi

Érica Constantino

Eva Carmo

Layla Damasceno

Myrele Medeiros

**Articulação**

## **Evidências e Sistematização**

Miriam Krenzinger

**Consultora**

Natália Guindani

**Coordenação**

Bruna Musumeci

**Pesquisadora**

Luiza Santos

**Pesquisadora**

Fernando Mendes

**Assistente de pesquisa**

Julia Dietrich

**Edição**

Gláucia Cavalcante

Gustavo Abumrad

**Projeto Gráfico**

Gustavo Abumrad

**Diagramação**



Você tem  
ou adole  
nho este  
[Logo]

# Apresentação

Criada há 53 anos, a Fundação Vale tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale S.A. atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, a fundação soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de educação, saúde e assistência social.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais de saúde, de educação e de assistência social, empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do direito à educação de qualidade para todos.

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Marabá, apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu depoimentos e registros documentais. Nosso objetivo é destacar o que foi cuidadosamente construído e vivenciado ao longo dessa experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de co-criação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade marabaense.

Os registros consolidados neste documento visam servir como uma referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o direito à educação de todas as crianças e adolescentes. É de suma importância reunir as informações produzidas ao longo da execução do projeto, organizando a memória da intervenção e sistematizando as principais lições aprendidas. Nossa intenção é compartilhar esses dados e análises com outros municípios, a fim de fortalecer o planejamento e a implementação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e combate à exclusão escolar em novos contextos e que enfrentem desafios semelhantes, visto que esse fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização desse legado transcenda fronteiras e promova o direito à educação como uma pauta pública contínua, defendendo os direitos das crianças, adolescentes e jovens em todos os municípios brasileiros.



# Sumário

## **9** Apresentação

### **13** Introdução

**13** O projeto Territórios em Rede

**18** O município de Marabá (PA)

**22** A pandemia em Marabá

### **25** A implementação do Territórios em Rede em Marabá

**25** Pressupostos éticos e conceituais

**29** Passos estruturantes

### **61** Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Marabá

#### **71** Cenários da exclusão escolar

**75** Casos ilustrativos

#### **87** Formação dos agentes da rede de proteção social

#### **91** Incidência política do Territórios em Rede em Marabá

#### **97** Resultados e impactos

**100** Mobilização e ações complementares

**100** Mapeamento e articulação de instituições

**101** Um olhar para as Comunidades Warao

**101** Novas parcerias

#### **103** Considerações e aprendizagens

**103** Quanto ao fluxo e monitoramentos das informações

**104** Quanto ao acesso à escola

**106** Quanto ao trabalho das escolas

**107** Quanto ao trabalho junto às comunidades indígenas e refugiados Warao

**108** Quanto à intersetorialidade e colaboração



## Territórios em Rede

Marabá, PA

O projeto Territórios em Rede tem como objetivo identificar crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que não estão estudando ou em risco de evasão escolar e reinseri-los nas escolas públicas de Ensino Básico de todo o município de Marabá

# Introdução

## O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, implementou em 2020, no período da pandemia de Covid-19, o projeto Territórios em Rede (TR) com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar.

Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir com a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino de territórios no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará.

A iniciativa destaca a importância da efetivação do direito à educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988 como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

Sob essa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à educação requer implementar ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e reprodução das desigualdades sociais

- Dados indicam que a pandemia de Covid-19 agravou o risco de desvinculação escolar, afetando principalmente crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na educação.
- Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, com mais de 5,5 milhões de jovens desvinculados, sendo mais de 40% crianças de 6 a 10 anos, faixa etária cujo acesso à educação estava praticamente universalizado antes da pandemia.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo UNICEF a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

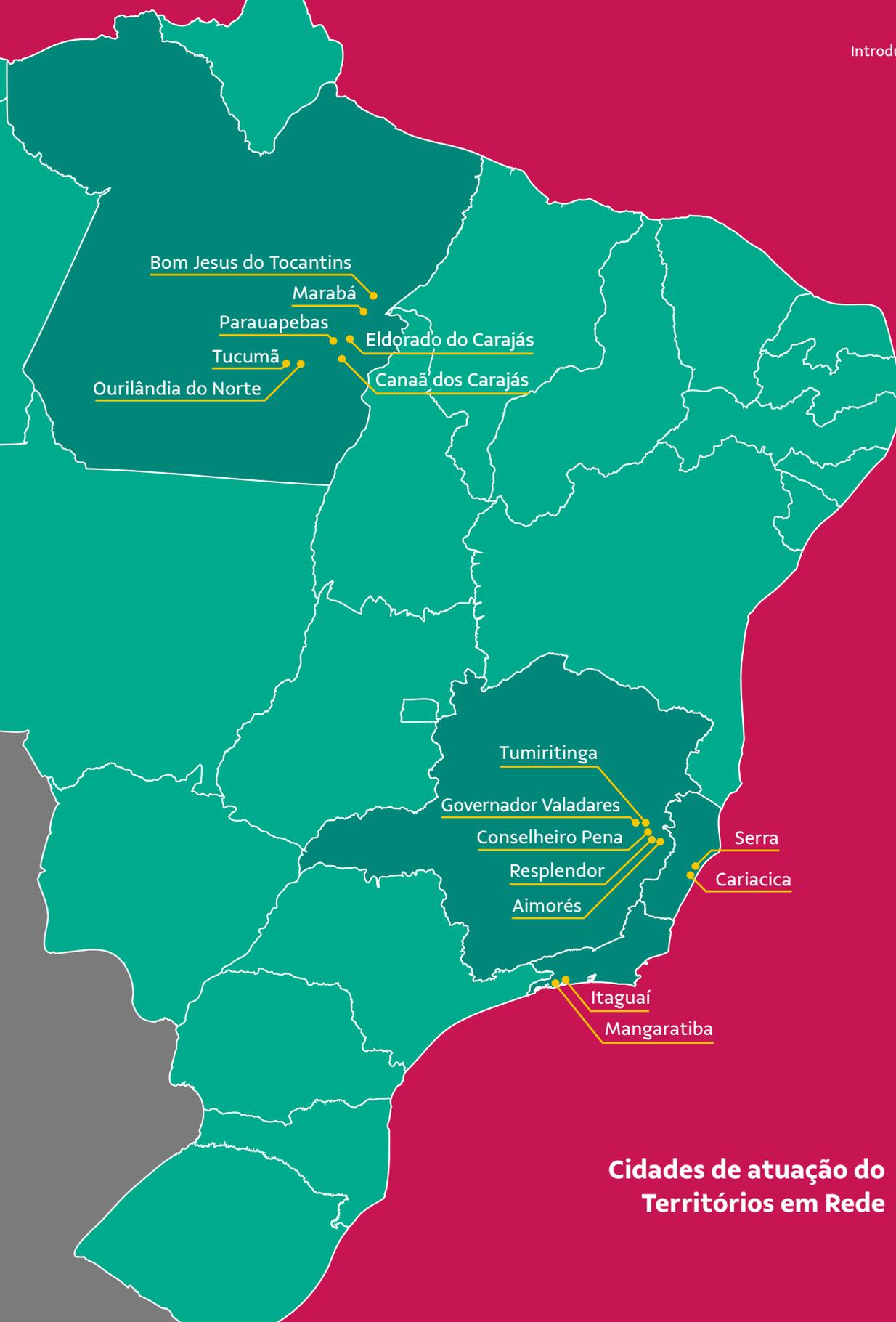
e diversas formas de violência que afetam principalmente a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Dessa forma, garantir uma educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes está intimamente relacionado ao caráter inclusivo da escola e à redução da pobreza e das iniquidades sociais. Desafio este que se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando principalmente as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

O Territórios em Rede começou suas atividades em julho de 2020 nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), polos que foram referências para a expansão da iniciativa para outras 14 cidades do país ao longo dos anos subsequentes. Atualmente, o projeto é realizado em quatro estados, nas regiões norte e sudeste, com atuação em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante três anos de atuação contínua, o projeto, baseado em diferentes tipos de atividades – como formações, apoio à gestão, levantamento de dados etc. –, conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. Esse resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa, como estratégia eficaz para assegurar a educação e a proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando a estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis voltadas à prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.



**Cidades de atuação do  
Territórios em Rede**

Especialmente durante a pandemia de Covid-19, a Busca Ativa mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes da rede de proteção e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, demonstrando que além de promover aprendizagens e o desenvolvimento integral dos estudantes, a escola pública brasileira é uma estrutura fundamental para o acesso das crianças e adolescentes aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar<sup>2</sup> ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados devido às insuficiências das redes públicas de educação;
- abandonaram ou evadiram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e a de seus familiares e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

---

**2** Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>

Nessa ótica, para além do período da pandemia de Covid-19, a exclusão escolar deve ser reconhecida como um problema sistêmico, originado das profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que caracterizam o Brasil. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, mas também urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

### De olho na legislação

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, mas que seguem distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que pelo menos 95% delas concluam essa etapa na idade recomendada. Além disso, o plano busca universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro e cinco anos, expandir a oferta de da modalidade em creches para atender pelo menos metade das crianças de até 3 anos no país e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Nesse sentido, a Fundação Vale e Cidade Escola Aprendiz compreendem o Territórios em Rede como uma iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Respeitando as diversidades e contextos de cada território, a proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos seus agentes e a possibilidade de co-criar a metodologia a partir de suas necessidades.

## O município de Marabá (PA)

Marabá é uma cidade localizada no sudeste do estado do Pará. Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região era habitada por diversas etnias indígenas, como os Gavião e os Kayapó. No século XVIII, a região começou a ser explorada pelos portugueses em busca de ouro e pedras preciosas.

Fundada em 5 de abril de 1913 como uma pequena vila às margens do rio Tocantins, Marabá é atualmente conhecida como “Capital de Carajás”, “Terra da Castanha” e “Cidade Poema”. Quinto município mais populoso do Pará, segundo o Censo de 2022 do IBGE, reúne 266.533 habitantes, que se caracterizam como uma população bastante diversificada e representativa de todos os estados brasileiros, com maior número de nordestinos, mas também com a presença de goianos, paulistas e mineiros que se estabeleceram na região.

Considerando o ponto de encontro de dois grandes rios, o Tocantins e o Itacaiúnas, Marabá abrange uma extensão de 15.128,058 km<sup>2</sup>, mas em função dos notáveis acidentes geográficos presentes em todo o seu território, a área urbana<sup>3</sup> do município corresponde somente a 29,97km<sup>2</sup>, o que equivale a cerca de 0,2% de sua área total.

Na década de 1970, a região foi beneficiada pelo impulso econômico de grandes projetos de mineração. A inauguração da PA-70 (atual trecho da BR-222), em 1969, que conectou a cidade à Rodovia Belém-Brasília, como parte da estratégia do governo federal para integrar a região ao restante do país, ilustra esse período.

- **Lirismo no nome!**
- Marabá ganhou a alcunha
- de “Cidade Poema” por
- conta de um poema de
- Gonçalves Dias, que versa
- sobre a miscigenação cultu-
- ral da Amazônia, e também
- por conta da beleza
- natural e riqueza cultural
- do município.

<sup>3</sup> Segundo o relatório *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, o perímetro urbano é a divisão entre áreas urbanas e rurais em um município. No Brasil, o IBGE usa critérios político-administrativos para demarcá-lo, com base em decisões legislativas municipais.





Fonte: Luiz Pantoja

Iniciativas como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e o plano oficial de colonização agrícola aceleraram as migrações, mas também acirraram conflitos fundiários, devido à presença de grileiros que ocuparam as terras ilegalmente, causando crescentes tensões entre os proprietários e os novos ocupantes.

Nos anos 1980, a descoberta de vastas reservas minerais na Serra dos Carajás, próxima a Marabá, impulsionou a economia e a sociedade local. Foi também nessa época que entrou em operação a Estrada de Ferro Carajás (1984) e que, ao final da década, começaram os preparativos para a instalação de siderúrgicas. Em 1987, a região recebeu nova marca violenta, com o Massacre de São Bonifácio ou Guerra da Ponte, um conflito entre os garimpeiros de Serra Pelada e as forças de segurança, denotando o acirramento dos conflitos no meio rural, que se estendeu ao longo da década de 1990.

Desde o final dos anos 2000, com o agravamento da crise econômica global, Marabá enfrenta um processo de desindustrialização, com seu parque industrial da cidade reduzido significativamente. Em janeiro de 2008, eram 11 grandes siderúrgicas operando a plena capacidade, mas em julho de 2009, apenas duas delas funcionavam regularmente.

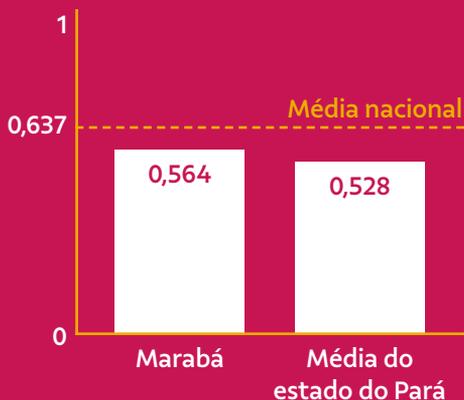
Também por conta de sua característica heterogênea e diversidade de atividades econômicas, a cidade se tornou e segue como palco de diversos movimentos sociais que expressam a luta por direitos indígenas, reforma agrária

## Comparativo de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

### Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)



### Dimensão da Educação no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-E)



e direitos das mulheres. No entanto, Marabá enfrenta desafios como saneamento precário, ruas não pavimentadas e deficiências na rede de saúde, incluindo falta de médicos e equipamentos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Marabá em 2010 foi classificado como médio (0,668), sendo superior ao do estado do Pará (0,646), mas inferior ao IDHM nacional (0,727), classificado como alto. Na dimensão da educação, o IDHM-E de Marabá em 2010 estava na faixa de desenvolvimento humano baixo (0,564), com um índice superior ao do estado do Pará (0,528), mas inferior ao IDHM-E nacional (0,637), considerado como médio.

Em 2010, o subíndice de escolaridade da população adulta era de 0,508, o que significa que apenas 50,8% da população com mais de 18 anos possuía Ensino Fundamental completo. Ou seja, 49,2% dos adultos não haviam concluído essa etapa educacional. Mesmo sendo do ano de 2010,<sup>4</sup> este indicador continua sendo capaz de refletir, enquanto *proxy* (aproximação), a escolaridade da população

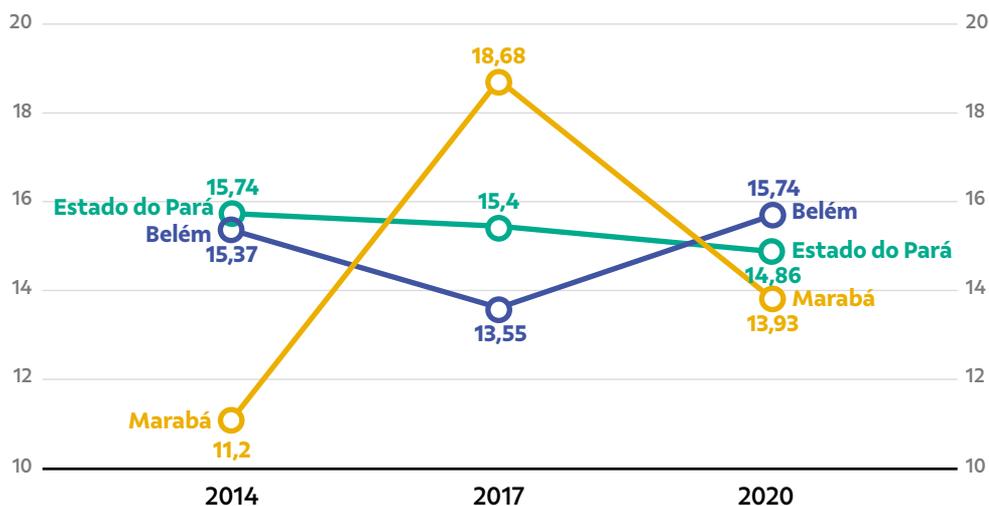
<sup>4</sup> A atualização deste indicador depende de resultados do Censo Demográfico de 2022 ainda não divulgados.

adulta atual. Isso porque, salvo as variações decorrentes da migração e da mortalidade no período, a população de Marabá que tinha mais de 18 anos em 2010 é a que tem mais de 30 anos em 2022 e, proporcionalmente, são poucas as pessoas que completam o Ensino Fundamental em cursos para jovens e adultos.

Outro marcador socioeconômico importante diz respeito à taxa de mortalidade infantil. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2014 e 2017, registrou-se aumento expressivo, ultrapassando as taxas do Pará e do Brasil. Porém, no triênio 2018–2020, houve redução na mortalidade infantil e a taxa de Marabá voltou a ser inferior às taxas estadual e nacional.

## Taxa de mortalidade

(óbitos por mil nascidos vivos)



O Ministério da Saúde também fornece dados sobre o número de nascidos vivos segundo a faixa etária das mães. Entre 2016 e 2020, houve uma tendência de queda no número de nascidos vivos de mães nas faixas etárias de 10 a 14 anos (de 80 para 42 nascidos vivos) e de 15 a 19 anos (de 1.201 para 824 nascidos vivos) em Marabá.

## A pandemia em Marabá

De março de 2020 a julho de 2022, Marabá registrou 25.691 casos de Covid-19 e 535 óbitos, ocupando a 3ª posição da região em relação à taxa de mortalidade por Covid-19 a cada 100 mil habitantes.<sup>5</sup>

Como medida preventiva e de enfrentamento da pandemia Covid-19, a Prefeitura de Marabá, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), juntamente com o Conselho Municipal de Educação e o Conselho de Enfrentamento ao Coronavírus,<sup>6</sup> suspendeu as aulas nas redes pública e privada em março de 2020, indicando a promoção de ações remotas.

Com a publicação do decreto, as escolas públicas de Marabá iniciaram dois tipos de atividade remotas: atividades não presenciais desenvolvidas pelos professores e aulas *on-line*. Os professores, por exemplo, em razão da suspensão das aulas presenciais por conta do distanciamento social, precisaram lidar com os desafios de adaptar-se às ferramentas virtuais, preparar atividades que mantivessem os estudantes estimulados e, ao mesmo tempo, estar disponíveis para esclarecer dúvidas.

A partir de setembro de 2021, a rede municipal de educação iniciou um processo gradual de reabertura das escolas, que foi finalizado no início do ano letivo de 2022.

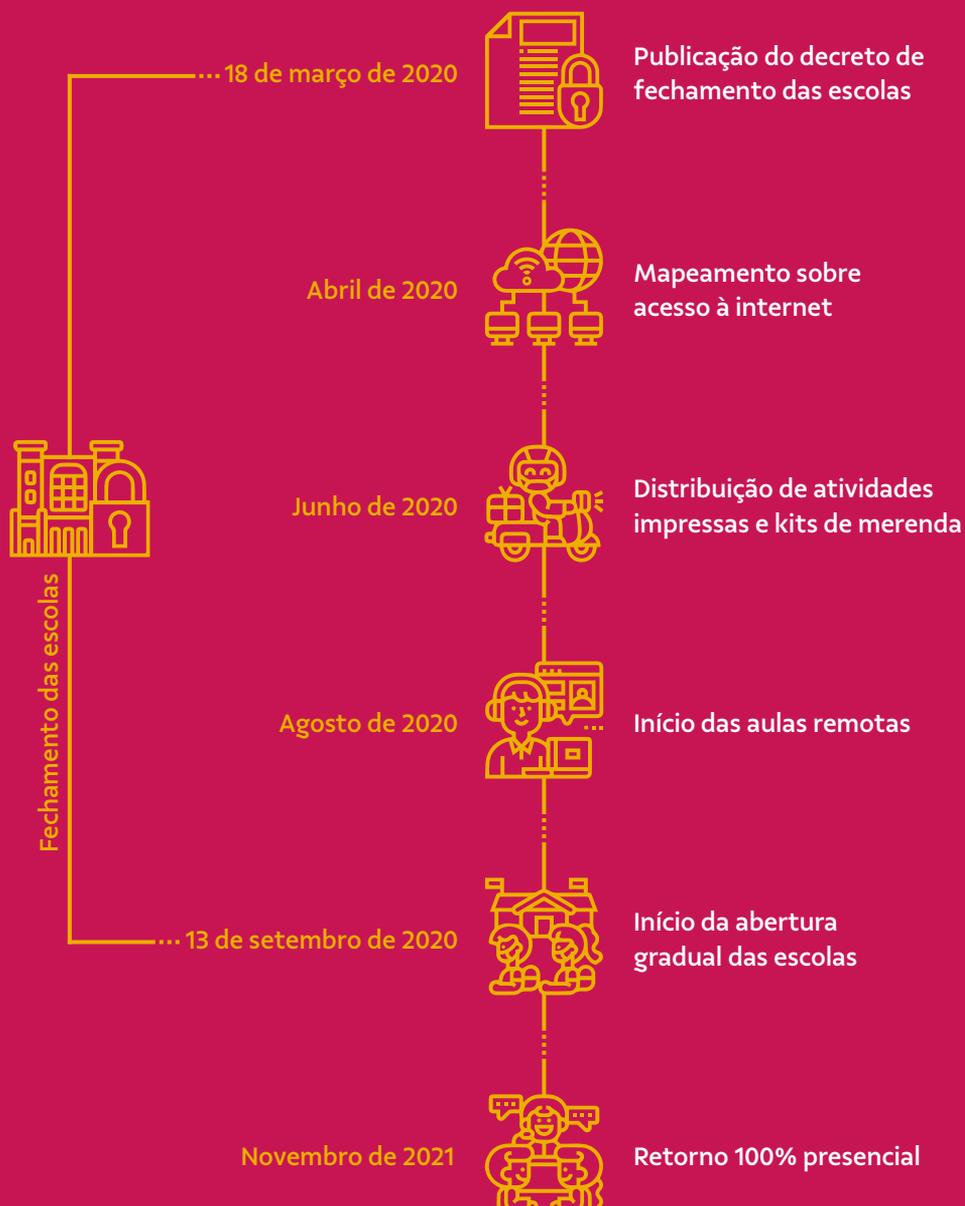
---

<sup>5</sup> Fonte: Painel IETU/Unifesspa COVID-19/ORSSEPA.

<sup>6</sup> O Decreto nº 22 foi publicado em 18 de março de 2020 no Diário Oficial do Município.

## Panorama: Covid-19 em Marabá

(Março de 2020 a Julho de 2022)





# A implementação do Territórios em Rede em Marabá

## Pressupostos éticos e conceituais

### Direito à educação

O projeto Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do direito à educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nessa perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, co-criando as estratégias em diálogo com as diferentes equipes e setores com os quais dialoga.

Para assegurar o direito à educação para todas as crianças, defende-se não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao sistema de garantia de direitos e aos demais equipamentos que atendem a infância, adolescência e famílias, em suas mais diferentes configurações.

Na escola, entende-se que o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando suas necessidades, interesses e contexto sociocultural. Isso significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



**“O direito à educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado”.**

— Katarina Tomasevski, 1ª relatora do direito à educação da Organização das Nações Unidas.

## Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende a centralidade do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão das crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Neste sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:

### Contexto

O **território é contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e alunos e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

### Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas e parte do projeto educativo e responsáveis por apoiar o acesso à educação das crianças e adolescentes.

### Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é rico em interações significativas em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos e das estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis para além das instituições.

### Articulação intersetorial

Como apresentaremos em maior profundidade nas próximas seções, para que as crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender é necessário criar condições para a sua educabilidade.<sup>7</sup> Ou seja, é fundamental

7 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, vol. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.





que condições dignas de vida e seus direitos estejam observados. Para isso, é importante contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições relevantes a dar ao desenvolvimento integral das crianças e jovens (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer etc).

## Redes territoriais

Nesse sentido, é necessário reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do direito à educação, e na salvaguarda do próprio e dos demais direitos humanos.

Denominamos redes territoriais os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de ações comunitárias e projetos locais, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações comumente se reúnem para discutir conjuntamente propostas de desenvolvimento local e para trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Como estrutura formalizada, por sua vez, podemos compreender a criação de redes de proteção social estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos comuns para assistir às pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes

- **Importante!**
- Como princípio orientador, a rede de proteção social territorial desenvolve estratégias de integração dos agentes locais buscando superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a criação de comitês multidisciplinares de referência para cada família atendida.

possibilitam alinhar agendas e a unificação de cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A escola também compõe ou dialoga diretamente com essas redes – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ativo da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo das crianças e dos(as) alunos(as) no processo de aprendizado, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

### **Importância do PPP**

A garantia do direito à educação pressupõe a articulação e colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma estratégia para materializar e concretizar essas relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à educação e garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial interseccional com participação comunitária.

A atuação em rede, então, torna-se central para efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta

abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, focada no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do direito à educação de todas as crianças e adolescentes.

## Passos estruturantes

O Territórios em Rede teve início com a seleção de equipe, composta por profissionais com experiência em projetos próximos à proposta metodológica e referencial estratégico. Implementado em um contexto de adversidades impostas pela pandemia e de um cenário educacional incerto, também em razão das inconstâncias comuns ao período de eleições municipais, o projeto teve as etapas iniciais de planejamento e sensibilização realizados a partir das articulações com os governos municipais e estaduais, e de uma forte mobilização das organizações civis nos territórios, visando garantir a necessária abordagem intersetorial.

De junho a novembro de 2020, o projeto estabeleceu as bases para a implementação de sua metodologia e consecução das metas pactuadas:

### Meta primária

Reinserir 2.400 crianças na escola, considerando a estimativa de haver, aproximadamente, 11,8 mil crianças e adolescentes fora da escola no município de Marabá. Esta meta representaria atingir 20% do público-alvo.

### Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

### Referência

- O projeto Territórios em
- Rede foi inspirado nas ações
- do projeto Aluno Presente,
- realizado pela Cidade Escola
- Aprendiz e parceiros entre
- 2013 e 2017 no município do
- Rio de Janeiro.<sup>8</sup>

8 Saiba mais em <https://www.alunopresente.org.br/>.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações levantadas por meio do Diagnóstico Socioterritorial de Marabá e a capacidade da equipe de campo disponível na época. Para apoiar a meta principal, foram estabelecidos um conjunto de indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta tinha como objetivo apoiar o trabalho das secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.



**“Não adianta a gente chegar num território ou num município e falar: ‘eu vou atuar assim’. A gente tem que entender aquela realidade, ouvir os atores, incorporar, um pouco, os sentimentos daquele local, para que tenhamos alguma condição de colaborar.”**

**— Pâmella De-Cnop, Diretora Executiva da Fundação Vale**

Para atingir os objetivos e metas previstas, o projeto trabalhou na implementação das seguintes ações:

- **Estruturação e formação das equipes** (central e de campo) e planejamento;
- **Articulação Intersetorial com a criação de um Comitê Gestor Intersetorial** com foco exclusivo na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e informações sobre o município;
- **Formação em Serviço de agentes públicos**: capacitação dos profissionais das políticas públicas e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas.
- **Comunicação Comunitária e Mobilização social**: estratégias de comunicação voltadas a sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;

- **Busca Ativa e Articulação no território:** trabalho de campo focado na identificação das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como a mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento:** cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidas;
- **Sistematização da metodologia** construída em Marabá, discutindo as aprendizagens e legado sobre a incidência política do projeto no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como foco central garantir o acesso e a permanência escolar, mantendo o vínculo dos alunos e famílias com as escolas e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

Após formada a equipe responsável pela gestão e desenhada a metodologia do projeto, em agosto de 2020, realizou-se a contratação<sup>9</sup> dos(as) profissionais que atuariam no desenvolvimento e acompanhamento das atividades de cada área: gestores(as) de Campo, de Comunicação e de Monitoramento e Avaliação.

A equipe, atuante e residente no município, foi formada por uma supervisora de campo, uma gestora local, uma supervisora local e oito articuladores locais para o trabalho de campo, que além de demonstrarem conhecimento do território, possuíam graduação completa. As articuladoras e o articulador – tinham perfis bastante diversificados, mas eram sempre moradores do município e possuíam experiência profissional em territórios periféricos.

---

<sup>9</sup> É interessante ressaltar que a contratação de parte da equipe foi realizada de forma remota, em função da pandemia de Covid-19.



## Organograma do projeto

### Formação inicial e contínua da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto em Marabá não apenas avançou na sua estruturação, mas também promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, assim como criou canais de comunicação visando ações integradas entre as Secretarias de Educação, de Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do direito à educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa, e ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.

A formação teve como foco o planejamento e implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

## Foco na legislação!

### **Constituição Federal 1988**

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

### **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1996**

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento.

### **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996**

Apresenta as diretrizes e bases da educação nacional, garantindo o direito à educação e estabelecendo normas para sua organização.

A contextualização da intervenção e diálogo com diferentes realidades brasileiras do Territórios em Rede constrói-se também a partir das equipes

multidisciplinares que realizam o trabalho nos territórios. O processo formativo, então, além de assegurar um alinhamento comum das ações a todos os envolvidos, tornou-se também um espaço de co-criação de estratégias, e discussão sobre as potencialidades e desafios de cada território.

## **Articulação intersetorial e criação do Comitê Gestor Intersetorial**

Ao longo deste processo, a parceria com a Fundação Vale foi crucial para gerenciar esses desafios, assim como o apoio da Estação Conhecimento em Marabá. A Fundação Vale, com sua credibilidade e histórico nos territórios, facilitou a interação com o governo e diversas secretarias. Além disso, ofereceu suporte essencial à gestão do projeto. Já a Estação Conhecimento, conhecida por seu trabalho na rede de proteção em Marabá, auxiliou na articulação com diferentes agentes e ampliou a compreensão dos territórios. Tal suporte foi vital também para a organização administrativa do projeto, disponibilizando suas instalações para reuniões e coordenação de equipes.

## **Estação Conhecimento**

As Estações Conhecimento são equipamentos mantidos pela Fundação Vale que oferecem atividades de educação, cultura e esporte no contraturno escolar, tendo como principal público crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. Por meio de suas programações, contribuem para o desenvolvimento social das comunidades atendidas, fomentando a criatividade, a inovação, a articulação de parcerias, a participação e o compartilhamento de ações entre entes públicos e sociedade civil organizada e as comunidades, valorizando as características de cada região. São cinco Estações Conhecimento, situadas nos municípios de Arari (MA), Brumadinho (MG), Serra (ES), Marabá e Tucumã (PA).



Entre outras ações, a Fundação Vale atuou diretamente na mediação entre o projeto e o poder público, ao longo de toda a execução do projeto. Uma vez estabelecidos os primeiros acordos, as parcerias começaram a se materializar – o que envolveu desde a solicitação e garantia de vagas em escolas, ao necessário monitoramento regular da frequência das crianças. Considerando que o fenômeno da exclusão escolar é multifatorial, constituiu-se em Marabá, entre agosto e setembro de 2020, articulações com os atores institucionais necessários para a adequada implementação da proposta. Nesse período também foi assinado pelo município o Termo de Parceria, oficializando o início do trabalho de campo em Marabá.

A participação da Prefeitura de Marabá foi fundamental para assegurar o início e continuidade das ações. A Secretaria Municipal de Educação reconheceu o projeto como um aliado para lidar com uma demanda reprimida e, aos poucos, com a organização e pactuação das ações, o projeto envolveu os setores de Assistência Social e Saúde, tendo a própria Secretaria de Educação como liderança dessa articulação.

Essa articulação materializou-se na criação de um **Comitê Gestor Intersetorial** no município, estratégia fundante do projeto. Com o objetivo de ser consolidado como um fórum para articular políticas e debater casos de crianças infrequentes ou fora da escola, o Comitê tem como pressuposto ampliar a articulação e efetividade das ações do poder público em todos os níveis, contando com a participação mensal de gestores e técnicos ligados diretamente às crianças e famílias atendidas pela iniciativa.

Durante o período da pandemia, as reuniões do grupo ocorreram remotamente, e com a liberação de encontros presenciais, adotou-se um formato híbrido. De caráter interdisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de educação, saúde e assistência social nos territórios. As diretrizes eram definidas por técnicos centrais das secretarias e então apresentadas e seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas para fortalecer a rede de proteção a crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



A interação da equipe do Territórios em Rede com os técnicos de diversas secretarias revelou desafios na coordenação entre políticas setoriais. De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes envolvidos, foram realizadas reuniões de trabalho em que os gestores públicos apresentaram suas principais ações em Marabá. Nesses encontros, casos críticos de crianças e adolescentes fora da escola foram apresentados pela equipe do Territórios em Rede, e então os diferentes envolvidos observaram e desenvolveram estratégias integradas capazes de responder às questões identificadas.

A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê também estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar crianças em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da evasão escolar em Marabá, mas também auxiliaram no acompanhamento e avaliação das ações implementadas.

- **Desafios em Marabá**
- Os casos identificados e
- apresentados pela equipe do
- projeto ao Comitê discutiam
- como principais desafios,
- dificuldades no acesso ao
- ensino remoto, problemas
- de locomoção, questões
- financeiras das famílias,
- problemas de saúde e falta
- de vagas para irmãos em
- uma mesma escola.

## Diagnóstico socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do Territórios em Rede à realidade local, o projeto buscou informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao diagnóstico socioterritorial do município e auxiliar no entendimento do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar.

Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, focado na elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da educação.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais do município ao longo de todo o projeto. Atualizados durante os anos, os dados converteram-se em uma importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo direito à educação, por transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, revelando a conexão destas crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e com marcadores de classe, raça e gênero.

### **O que o diagnóstico mostra sobre a educação no município?**

Conforme os censos demográficos do IBGE, a população de Marabá cresceu 14,1% entre 2010 e 2022. Entretanto, a despeito do impacto de um eventual movimento migratório, a redução da fecundidade fez a população de 0 a 17 anos encolher em 7,1% no período, mas ainda são mais de 80 mil crianças e adolescentes nesta faixa etária.

Observando apenas o contingente em idade escolar obrigatória, segundo a Constituição Federal, a coorte de 4 a 17 anos corresponde a quase 65 mil habitantes. Entre 2010 e 2022, esse contingente diminuiu 5,1%. No mesmo período, as matrículas de estudantes com idade entre 4 e 17 anos aumentaram 5%. Como o atendimento escolar do grupo etário de 6 a 14 anos já estava próximo

a 98% em 2010, foram os grupos etários de 4 e 5 anos e de 15 a 17 anos os mais beneficiados com a expansão do número de matrículas.

### População por faixa etária escolar recenseada em 2010 e 2022 em Marabá

Idade	ano	
	2010	2022
0 a 3 anos	16.955	19.679
4 e 5 anos	8.809	9.963
6 a 10 anos	22.817	24.197
11 a 14 anos	18.511	19.674
15 a 17 anos	14.747	14.539
<b>Total</b>	<b>81.839</b>	<b>88.052</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

Segundo o Censo Escolar, Marabá teve 74.024 matrículas na Educação Básica em 2022, incluindo a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos. Porém, da educação infantil ao ensino médio regular, foram 68.112 matrículas (92%).

A rede municipal foi responsável por 68,1% das matrículas da Educação Básica em Marabá. Em números absolutos, 50.423 matrículas são dependentes da esfera municipal. A rede estadual foi responsável por 16,3% (12.081 matrículas), a rede federal, por 1,1% (828 matrículas) e a rede privada, por 14,4% (10.692).

Na Educação Infantil e Ensino Fundamental, a rede municipal responde 86,6% das matrículas – na Educação Infantil, 92,2% na creche e 85,5% na pré-escola;

no Ensino Fundamental, 84,1% nos anos iniciais e 89,6% nos anos finais. O restante das matrículas é vinculada à rede privada.

No Ensino Médio, a oferta é dominada pela rede estadual, responsável por 85,4% das matrículas. Nesta etapa, a rede federal participa com 5,6% e a rede privada com 9%.

A ilustração mostra a relação entre as etapas escolares da Creche ao Ensino Médio e os estudantes com idade adequada que a cursam:

#### Porcentagem de matrículas na faixa etária adequada em Marabá

Etapa	Total de matrículas	Faixa etária	% de matrículas na faixa etária adequada
Creche	3.183	até 3 anos	84,8%
Pré escola	8.033	até 5 anos	91,8%
Anos iniciais	23.836	até 10 anos	91,7%
Anos finais	20.288	até 14 anos	84,0%
Ensino Médio	12.772	até 17 anos	77,7%
<b>Total</b>	<b>68.112</b>	<b>até 17 anos</b>	<b>95,5%</b>

Conforme o Censo Escolar de 2022, 99,2% das matrículas na creche e 98,5% das matrículas na Pré-escola em Marabá são em tempo parcial, ou seja, menos de 7 horas por dia. Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, são 96,1% e 94,9% em horário parcial, respectivamente. No Ensino Médio, 86,7% das matrículas são em horário parcial. Portanto, a oferta de ensino em tempo integral, com um mínimo de 7 horas, não é significativa em Marabá.

A distribuição por gênero na Educação Básica em Marabá segue um padrão comum às demais regiões brasileiras: os meninos são a maioria da Creche aos

Anos Finais do Ensino Fundamental, mas no Ensino Médio as meninas são a maioria. Esses números evidenciam a evasão e a exclusão escolar mais precoce dos meninos, a partir da adolescência.

Quanto à composição por cor ou raça dos estudantes da Educação Básica em Marabá, dois pontos chamam a atenção. Primeiro, 45% dos estudantes são declarados pardos, representando cerca de seis vezes mais que os brancos. Segundo, há uma quantidade significativa de matrículas sem informação sobre cor ou raça, também alcançando 45%. É importante ressaltar que essa ausência de informação é semelhante à média do estado do Pará, a qual é de 46% das matrículas, enquanto a média nacional é um pouco mais baixa, com 28% das matrículas na Educação Básica sem a informação de cor ou raça.

Mesmo assim, podemos inferir que a representação de estudantes negros na Educação Básica de Marabá é expressiva. No entanto, a mera presença numérica não garante equidade ou justiça. Em um país marcado pelo racismo estrutural, é essencial avaliar a qualidade da educação, os recursos disponíveis e as condições de acesso e permanência para esses estudantes.

A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) tem diminuído gradualmente nos Ensinos Fundamental e Médio em Marabá. Embora esteja um pouco acima da média nacional, é menor do que a média do estado do Pará. Em 2022, 9,4% das crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental tinham dois ou mais anos acima da idade adequada para a série que cursavam. No entanto, a distorção era mais expressiva nos Anos Finais e no Ensino Médio, havendo, respectivamente, 23,7% e 31,7% nessa situação.

A Taxa de Aprovação em Marabá está em um nível alto. No Ensino Médio, após aumento significativo em 2020 (98,8%), explicada pelo contexto das atividades letivas durante a pandemia do coronavírus, houve queda acentuada em 2021 (74,6%). Porém, em 2022, subiu para 82,7%, retornando ao patamar apresentado nos três anos anteriores à pandemia. No Ensino Fundamental, também ocorreu o aumento e o retorno ao patamar anterior, mas em níveis mais altos: 96% nos anos iniciais e 91,8% nos anos finais.

## Urgência das questões raciais!

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE\* (2018), embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% desse grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para combatê-lo.

No âmbito educacional, essa disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem educacional verdadeiramente antirracista podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas focadas em mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do direito à educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista que contempla da esfera pedagógica à gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado democrático de direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

\* Fonte: IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)

A Taxa de Abandono vinha em queda suave no Ensino Fundamental e o período da pandemia não causou impacto expressivo nessa trajetória. Em 2022, o abandono foi de 0,5% nos Anos Iniciais e 2,5% nos Anos Finais, abaixo da média estadual. Entretanto, o primeiro ano da pandemia reduziu a taxa de abandono do Ensino Médio a menos de 1% em 2020 e, no ano seguinte, elevou a quase 20%. Em 2022, com a oferta presencial ao longo de todo o ano letivo, a Taxa de Abandono foi de 11%, retornando ao patamar anterior à pandemia. Assim, ficou bem próxima da estadual, mas foi quase o dobro da média nacional.

O problema do risco de evasão escolar é derivado de situações como infrequência sistêmica, distorção idade-série, reprovação e trabalho infantil, os quais, juntos, ampliam demasiadamente o desafio de manter na escola o público infantojuvenil, a fim de que se efetive sua proteção integral. Deve ser considerado, também, que esse público que não frequenta hoje a escola, em curto ou médio prazo, poderá demandar novas matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- **Ponto de atenção!**
- Para o sistema educacional,
- há uma diferença entre as
- definições de abandono e
- evasão escolar. Abandono é
- o ato de parar de frequen-
- tar a escola antes de termi-
- nar o ano letivo. Já a evasão
- diz sobre o estudante que
- abandonou a escola, ou até
- mesmo chegou ao final do
- ano letivo, mas não retor-
- nou no ano seguinte para o
- sistema escolar.

Um levantamento mais preciso sobre o número atual de crianças e adolescentes fora da escola só será conhecido quando o IBGE finalizar a divulgação dos resultados do Censo de 2022, o que incluirá a estimativa da população que frequentava ou não a escola na data de referência da pesquisa. Por enquanto, só é possível comparar o número de habitantes em determinada faixa etária, já divulgado pelo IBGE, com o número de matrículas de estudantes na mesma faixa etária, de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, do Inep. Esta comparação indica que pode haver, pelo menos, 2 mil crianças e adolescentes fora da escola em Marabá, a maior parte nas faixas etárias de 4 e 5 anos e de 15 a 17 anos.



## Desafios adicionais

O Territórios em Rede enfrentou uma série de desafios, que, para além dos motivos da exclusão escolar já mapeados no diagnóstico acima, mostraram-se desafios adicionais à garantia do direito à educação das crianças e dos adolescentes.

### Vulnerabilidade familiar no contexto pandêmico

- A pandemia intensificou a vulnerabilidade das famílias, tornando o acesso à escola um desafio secundário diante de outras necessidades urgentes. A equipe do projeto teve que desenvolver habilidades específicas para lidar com essas situações, exigindo uma abordagem mais integrada e intersetorial.
- No Pós-pandemia foi encontrado um cenário de mudanças constantes de endereço, extrema-pobreza, “desinteresse” e falta de estímulo à escolarização, desinformação, famílias sem recurso para uniforme e materiais escolares, insegurança alimentar, situação de rua e trabalho infantil, condições de moradia insuficientes para a escolarização como consequências diretas ou indiretas do próprio período pandêmico, de isolamento social e de agravamento da crise econômica, social e sanitária enfrentada pelo país;
- O isolamento social resultou em uma baixa mobilização da comunidade, o que dificultou o acesso das famílias às políticas públicas e a conscientização sobre seus direitos;
- Observou-se um desgaste significativo das mães, especialmente daquelas com múltiplos filhos, indicando uma demanda por políticas públicas voltadas para as mulheres.

### Desafios Geográficos e Climáticos

- Marabá possui uma vasta zona rural, suscetível a mudanças climáticas como alagamentos, que dificultam o acesso às famílias e a frequência escolar. Ao mesmo tempo, são os bairros rurais que possuem mais casos de trabalho infantil não identificado e menor acesso a oportunidades complementares de educação, além de menor cobertura de Internet e telefonia;
- A mobilidade no território foi um desafio, com equipes frequentemente se deslocando a pé e enfrentando dificuldades para encontrar endereços devido às constantes mudanças de residência das famílias. Em época de chuvas, algumas famílias, inclusive, precisam deixar suas casas e ir para abrigos, o que impossibilita a frequência regular das crianças e adolescentes nas escolas;
- A presença de grupos armados e facções rivais em certas áreas urbanas também representou um risco para as equipes. O calor nos meses de verão dificultava o deslocamento, e as grandes distâncias percorridas diariamente pela equipe;
- A ausência ou baixa cobertura de transporte público, limites do transporte escolar, enchentes sazonais ocasionaram maior dificuldade de acesso a determinados bairros ou menor frequência de visitas pelas equipes públicas.

### Busca Ativa



**“Bom dia, estou passando aqui para agradecer, obrigada pela ajuda, ela foi lá e já conseguiu matricular ele, está matriculado, muito obrigada ao projeto, que Deus os abençoe.”**

*— Depoimento de mãe de adolescente de 16 anos rematriculado na escola a partir das ações do Territórios em Rede*

O trabalho de Busca Ativa proposto pelo Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas, e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa é, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Para além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa teve início a partir da articulação de diferentes fontes de informação que pudessem identificar possíveis casos de desvinculação escolar, e que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi realizado como ações iniciais da estratégia o mapeamento e a articulação de instituições, e ações de mobilização e comunicação local.

### **Mapeamento de Instituições e demandas**

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis por parte dos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou diálogo e acompanhamento com as equipes que realizam o trabalho das pastas na ponta e cotidiano. Na educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando o projeto às equipes de gestão e pedagógicas, levantando as demandas específicas em cada instituição.



Fonte: banco de imagens do projeto

### **Mobilização comunitária e ações de comunicação:**

- Divisão dos articuladores em diferentes espaços da cidade de Marabá;
- Divulgação do projeto para a população e instituições locais;
- Distribuição de folhetos com números de telefone;
- Fixação de faixas, banners e cartazes com números de telefone para contato com a equipe do projeto em unidades escolares, pontos de ônibus, postos de saúde, e outros equipamentos públicos, além de associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários, sociais, e comerciais;
- Circulação de carro de som<sup>10</sup> pelas ruas dos bairros identificados com maior potencial de haver crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar,

<sup>10</sup> Veja um exemplo de carro de som operando em Marabá: <http://bit.ly/carro-som-maraba>.

com mensagens de divulgação do projeto nos centros de atendimento, postos de saúde, comércios e outros parceiros;

- Elaboração de listas de transmissão via *WhatsApp* e divulgação do projeto via redes sociais próprias e em parceria com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Divulgação do projeto via notícias veiculadas pela imprensa em escala municipal.

A divulgação do projeto fez com que os moradores dos territórios também indicassem novas famílias. À medida que os encaminhamentos para a rede de apoio se mostravam eficazes e as famílias indicavam outras para serem assistidas, o projeto foi se tornando mais conhecido. A divulgação do projeto e todo o trabalho de comunicação também possibilitou uma demanda espontânea pelo *WhatsApp* disponibilizado pelo articulador de cada território.

Os articuladores constataram que os folhetos com número de telefone eram um instrumento de trabalho indispensável, sendo uma forma de deixar o número de telefone com as pessoas na rua, para os casos de crianças fora da escola serem encontradas e os articuladores puderem ser acessados diretamente.



Fontes: reprodução.



Ação de divulgação e Busca Ativa escolar  
junto ao comércio local



Ação de divulgação e Busca Ativa escolar



Busca Ativa escolar na zona rural

Fonte: banco de imagens do projeto

Ao entrar no território, o(a) articulador(a) era orientado(a) a buscar, se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o projeto conseguiu reforçar e combater o fenômeno da criança fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse sociedade e poder público. Por sua vez, as gestoras de polo e território articulavam instituições parceiras, entre associação de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não-governamentais, órgãos públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo essa colaboração como estruturante para garantir a educação como um direito básico.

### **Mutirão para mobilização**

O Residencial Magalhães, localizado no bairro São Félix, recebeu um mutirão com articuladoras de campo para mobilização e engajamento para identificar crianças e adolescentes que estavam em situação de desvinculação escolar. Com a ação que durou dois dias, foram identificadas 39 crianças e adolescentes.

A equipe de campo avaliou que uma boa parceria com a população local gerava muita demanda espontânea, uma vez que estabeleciam relações de confiança com as articuladoras, tinham o apoio das instituições e agentes locais e viam o trabalho acontecer na prática, com famílias sendo concretamente beneficiadas pelas ações do projeto. Em Marabá, a média de demanda espontânea foi de 25 solicitações por mês.

### Busca Ativa nas ruas:

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta a partir da demanda espontânea. Muitas vezes é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças que não estão indo para escola;
- Visitas aos CRAS, unidades de saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território;
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez muita diferença na recepção e acionamento deles nos territórios.



Busca Ativa escolar de porta em porta

Fonte: Breno Pompeu



Busca Ativa escolar de porta em porta

## Uso de listas orientaram a Busca Ativa

No período de pandemia, quando as escolas ficaram fechadas, não havia uma relação oficial de crianças e adolescentes infrequentes ou que abandonaram a escola. Porém, por orientação da Secretaria, foram produzidas listas que indicavam casos de crianças e adolescentes que não possuíam acesso à escolarização remota, fosse ela por meio impresso ou virtual. Com base nas informações, eram feitas visitas domiciliares e validação dos dados gerados pelas escolas.

Após o retorno do ensino presencial, novas listas foram repassadas para a equipe do projeto contendo casos de estudantes infrequentes e de abandono escolar. Em Marabá, essa fonte de informação contribuiu para a localização de 32,88% dos casos. Além disso, o uso das listas colaborou para a circulação do(a) articulador(a) pelos territórios, tornando o projeto conhecido em função do processo de validação dos casos por elas identificados.

### **Estabelecimento de parcerias e Participação em Grupos de Trabalho:**

- Reconhecimento dos agentes locais por parte dos(as) articuladores(as);
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Uma vez que o(a) articulador(a) localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, ele realizava uma visita domiciliar para entender, com os responsáveis pela criança ou adolescente, os motivos pelos quais ele estava infrequente ou havia abandonado, evadido ou nunca havia estado na escola.





Reunião do Comitê Gestor Intersetorial



Reunião do Comitê Gestor Intersetorial



Reunião com a Fundação PARÁPAZ

Fonte: banco de imagens do projeto

### **Procedimento ao encontrar uma criança ou um adolescente Fora da Escola**

- 1.** Articulador se aproxima da família para entender a situação por meio de uma visita domiciliar.
- 2.** Articulador realiza uma entrevista para coleta de informações de cadastro e para o entendimento sobre o caso.
- 3.** Cadastramento da família no sistema de monitoramento do projeto. Dados são registrados por meio de um aplicativo e alimentam o banco de dados do projeto.
- 4.** Se a criança ou o adolescente estava fora da escola, orientava-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano.
- 5.** Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para acompanhamento familiar, tendo em vista prevenir o abandono.

## Fluxo de ações

Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola;</li> <li>• assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo;</li> <li>• uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino);</li> <li>• monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente;</li> <li>• avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras);</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares).</li> </ul>	

### Articuladoras se deslocam de barco para identificar crianças na zona rural

Para encontrar todas as crianças onde quer que elas estejam, a equipe de campo realizou a Busca Ativa em regiões que só têm acesso pelo Rio Tocantins.



Trajeto de barco para realização de Busca Ativa em área remota

Fonte: banco de imagens do projeto.

O trabalho de (re)inserção da criança ou adolescente na escola, envolvia:

1. a articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula; a articulação com órgãos da Saúde, Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Esporte e Lazer, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada; e
2. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social, como saúde, moradia ou ausência de responsável, transferir a criança de escola por motivos de conflitos no território que afetavam o deslocamento da criança até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento das crianças/famílias, em diálogo direto com gestores(as) das unidades escolares, buscando a permanência delas na escola por meio do constante monitoramento das listas fornecidas periodicamente pela rede de educação. Caso houvesse sinais de nova evasão, o projeto retomava as etapas anteriores necessárias para evitar ou reconduzir novamente criança à rede escolar.

### Foco na matrícula

Na parceria com a Secretaria Municipal de Educação Marabá, aconteceu o reforço na divulgação da campanha Bora pra Escola, que visava incentivar as matrículas na rede. Foram realizados mutirões para fortalecer a ação com atuação de carros de som em mais de 30 bairros de Marabá.

## Comunicação comunitária e mobilização social

Na fase de implementação do projeto, a Busca Ativa por crianças e adolescentes que se encaixavam no perfil estabelecido foi intensa. Mas não se tratava apenas de encontrar esse público-alvo. Era fundamental sensibilizar as comunidades e diferentes regiões de Marabá sobre a importância do direito à educação. Para isso, foram implementadas diferentes estratégias de comunicação e mobilização social.



O foco da comunicação estava em sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e metas do Territórios em Rede e em divulgar amplamente o projeto, de modo a estimular a demanda espontânea. As ações realizadas e as estratégias adotadas foram diversas. Ações de mobilização comunitária, como a passagem de carros de som com mensagens-chave apoiaram a divulgação, alcançando, inclusive, a população não letrada. Ao mesmo tempo, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente posicionados em locais de alta circulação, como escolas, associações de moradores, postos de saúde e praças.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o site institucional. Materiais de divulgação como áudios, gifs e flyers circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das ações do Territórios em Rede em Marabá, as ações de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, produzindo mini documentários<sup>11</sup> para fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.

11 Acesse um mini documentário sobre o Territórios em Rede em Marabá: <https://bit.ly/mini-doc-maraba>.

## Estratégias de identificação das crianças e adolescentes fora da escola

Estratégias de identificação	
Busca Ativa: abordagem ativa	946
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente	300
Indicação: Conselho Tutelar	22
Indicação: de equipamento público da assistência como CRAS, CREAS, SEAS	30
Indicação: Estação Conhecimento	25
Listas oficiais da Educação: de unidade escolar ou de secretarias de educação (abandono, infrequente, distorção idade-série)	914
Listas oficiais da Educação: desdobramento (indicação de alguém da lista)	472
<b>Total Geral</b>	<b>2.709</b>

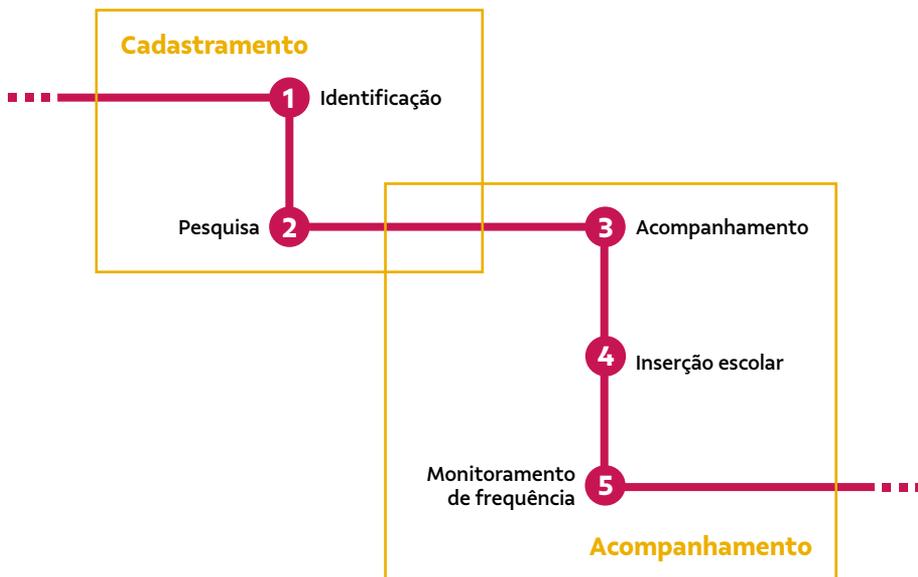
Os métodos de obtenção de informações sobre os casos de crianças e de adolescentes em situação de exclusão escolar utilizados pelo projeto, seja porque estavam fora da escola ou em risco de evasão, evidenciam as estratégias com maior potencial para sua localização.

Por um lado, muitas das informações obtidas pelo projeto já eram do conhecimento da gestão pública. No entanto, essas informações não haviam recebido a atenção emergencial necessária. Por outro lado, o fato de que a maioria dos casos identificados foi descoberta por meio de Busca Ativa direta nos territórios da cidade reforça a importância crucial de manter um esforço constante por parte de profissionais dedicados a alcançar as famílias, tanto as crianças como os adolescentes. Isso visa reduzir o tempo em que eles permaneceriam desassistidos pelas políticas públicas.

## Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação do Territórios em Rede e da inserção das crianças e adolescentes na escola, bem como dos estudantes reinseridos pelo projeto na escola.

Instrumentos para registro dos atendimentos



As informações eram originadas de três bases de dados criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas das crianças assistidas pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;
3. Ações tomadas para assegurar que as crianças tenham acesso e permanência nas escolas.

O sistema intranet do projeto, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades, como:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula das crianças nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências das crianças e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado das crianças, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

## Acompanhamentos dos casos



**“Eu já inscrevi o meu filho no curso pro qual o projeto me encaminhou. Aproveitei e me inscrevi também para estudar manipulação de alimentos e o mototáxi que me levou se inscreveu para eletricista. Todo mundo saiu feliz!”**

*— Mãe de uma criança de 8 anos atendida pelo projeto*

Semanalmente, supervisionados pela gestão local, os articuladores se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola das crianças e adolescentes identificados, compartilhando coletivamente estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

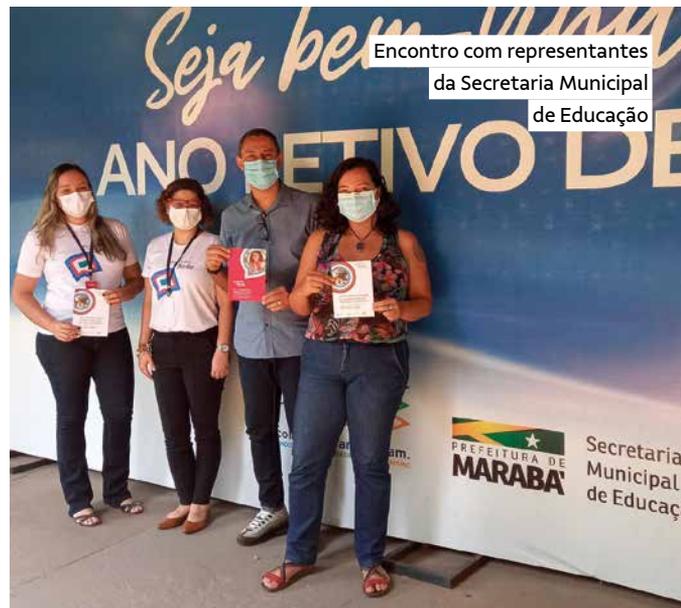
As equipes monitoravam as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinham uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras para fortalecer a rede de apoio à presença dos alunos em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que os articuladores ofereciam às escolas, apoiando a compreensão sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada aluno. Essas devolutivas muitas vezes mudavam a leitura dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a avaliar melhor a realidade das famílias. O que antes aparecia como suposta negligência das famílias, passou a ser compreendido como situações de fato muito desafiadoras que elas viviam.

Visita à escola para mobilização de estudantes



Encontro com representantes da Secretaria Municipal de Educação



Visita à escola para mobilização de estudantes





## Ações complementares

Além das ações regulares, em função das necessidades emergenciais das enchentes e da própria pandemia de Covid-19, o Territórios em Rede desenvolveu ações complementares em Marabá. Entre elas, a participação e organização de mutirões e voluntários em diálogo com diversas instituições nas comunidades mostraram-se importantes para efetivação do acesso à educação das crianças que estavam fora da escola, uma vez que viabilizam recursos necessários às famílias em extrema vulnerabilidade e diferentes situações de violência.

Durante as visitas domiciliares, as articuladoras observaram que muitas famílias estavam enfrentando insegurança alimentar e carência de materiais escolares, fatores que afetavam não apenas a frequência escolar das crianças, mas a qualidade de vida e mesmo sobrevivência das famílias. Ao observar esse contexto, a Fundação Vale estabeleceu uma linha de apoio emergencial como parte do projeto, visando enfrentar a extrema pobreza e fornecer assistência por meio de cestas básicas, materiais escolares e itens de higiene básica. Devido à falta de transporte público, uma logística complexa foi necessária para garantir a distribuição eficiente desses recursos.

Ao todo, 275 crianças foram atendidas por meio do auxílio emergencial prestado pelo Territórios em Rede. A equipe foi responsável pela entrega e pela prestação de contas, distribuindo itens como mochilas, materiais escolares, roupas, medicamentos, fraldas e cestas básicas, além do pagamento de taxas necessárias para a emissão de documentos.



et Company  
armatic

FACE  
LA OBA DEL PAPE  
PAPER

REVILLOS  
de toda  
MADURA  
de  
MATE

# Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Marabá

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Marabá.

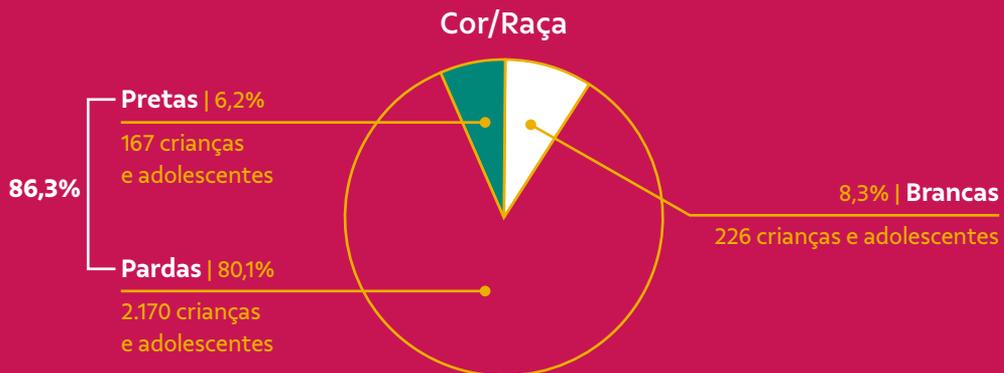
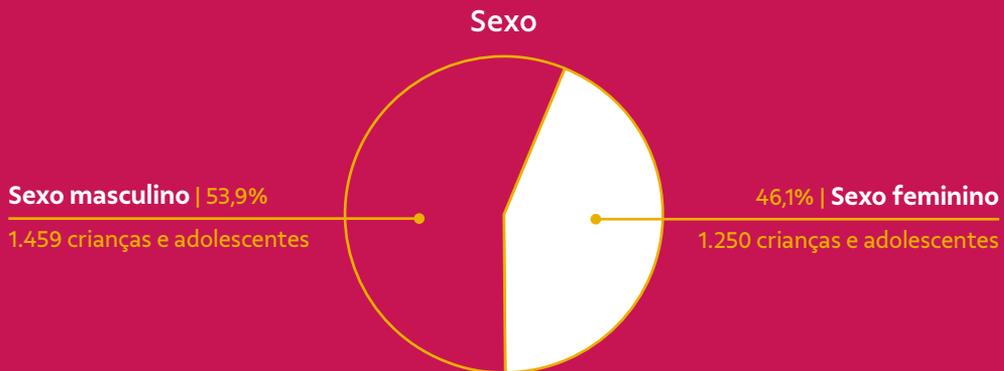
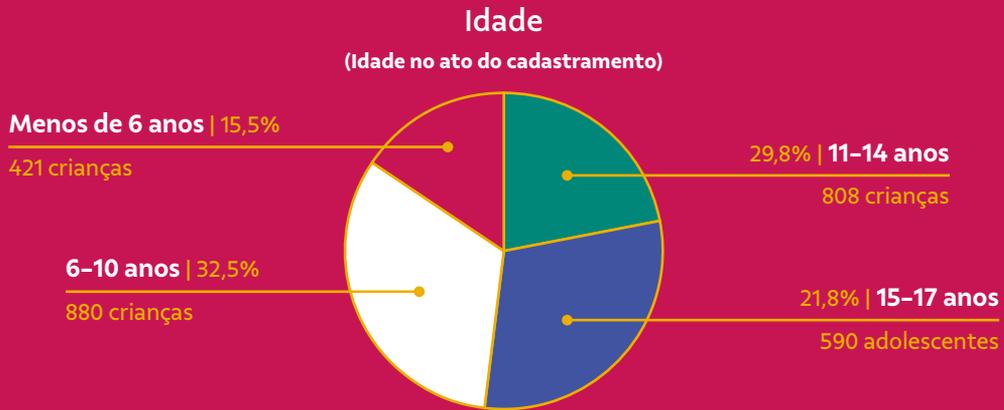
A faixa etária de 6 a 10 anos, com 880 crianças (32,5%), apresenta significativa concentração de crianças em situação de exclusão. Porém, pouco mais da metade (51,6%) possui entre 11 e 17 anos, reforçando que a adolescência é um período particularmente vulnerável à exclusão escolar. As razões se mostraram variadas, incluindo fatores socioeconômicos, desafios acadêmicos, trabalho infantil, gravidez na adolescência, entre outros.

A concentração elevada de adolescentes em situação de exclusão reitera também a necessidade de intervenções específicas e direcionadas para essa faixa etária, a fim de garantir a continuidade da educação e prevenir a evasão escolar.

Existe uma predominância de meninos, 1.459 (53,9%), em situação de exclusão em relação às meninas, 1.250 (46,1%), o que sugere que os meninos enfrentam desafios específicos ou que existem fatores culturais ou sociais que os impactam mais.



## Perfil das crianças identificadas pelo Territórios em Rede em Marabá



Fonte: Territórios em Rede – Marabá.

O número de 86,3% combinado de crianças pardas e pretas em situação de exclusão escolar é 10 vezes maior que o número de crianças brancas. Esta disparidade racial é um forte indicativo das desigualdades presentes em Marabá, especialmente no que diz respeito ao racismo estrutural como fator determinante de constrangimentos ao direito à educação.

A predominância de crianças pardas e pretas em situação de exclusão escolar, atestada pelo projeto, demonstra, de forma inequívoca, os impactos do racismo institucional interseccionado aos fatores socioeconômicos responsáveis pela exclusão social em múltiplas dimensões.

- **Ponto de atenção!**
- Os dados sobre raça e cor
- no perfil de exclusão escolar
- de Marabá reforçam a
- urgência de políticas públicas e intervenções focadas
- em abordar e mitigar essas
- desigualdades raciais no
- acesso à educação.



Criança identificada através da Busca Ativa escolar



Acompanhamento domiciliar de estudantes atendidos pelo Territórios em Rede

Fonte: banco de imagens do projeto

## Situação escolar das crianças e adolescentes atendidos no projeto

Das crianças e adolescentes identificados e reintegrados na escola, 14,3% estavam matriculados na Educação Infantil. Isso pode indicar que as redes escolares ainda enfrentam dificuldades para oferecer vagas suficientes para atender à demanda, especialmente após a ampliação, em 2009, da obrigatoriedade do ensino para crianças e adolescentes a partir dos 4 anos. Desde então, as redes precisam adaptar a oferta, mas enfrentam visíveis limitações, como bairros desprovidos de unidades escolares com vagas suficientes ou falta de transporte escolar adequado. É importante destacar que a exclusão nesta etapa pode ter consequências duradouras, uma vez que a Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento integral das crianças.

Das crianças e adolescentes reintegrados à escola com a mediação do Territórios em Rede, 36,8% foram inseridas no Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano. Isso revela que muitas crianças começam a enfrentar desafios relacionados à exclusão escolar nos primeiros anos da trajetória educacional e,

## Informações complementares



**95,5%**

não frequentam  
Instituição Educativa  
complementar à Escola  
= 2.587 crianças e  
adolescentes



**4,6%**

estão envolvidas em  
trabalho informal,  
o que pode ser um  
fator de risco para a  
exclusão escolar  
= 125 crianças e  
adolescentes



**7,9%**

enfrentam  
uma gravidez  
na adolescência  
= 46 meninas  
entre as de 11 a 17 anos

assim, acabam apresentando uma distorção idade-série. Além disso, a taxa de inclusão reflete a parceria do projeto com a rede escolar municipal de Marabá, a única responsável pela oferta dos anos iniciais no município.

As crianças e adolescentes nos anos finais do Ensino Fundamental, isto é, do 6º ao 9º ano, representam 34,4% dos inseridos. Esta etapa é oferecida de forma compartilhada entre o município e o estado, porém, a parceria com o governo estadual só foi consolidada no último ano do projeto. Várias escolas que ofereciam os anos finais não foram envolvidas no mesmo tempo em que as da rede municipal.

É preciso também chamar a atenção para os motivos de exclusão escolar que começam a afetar mais os adolescentes, como o trabalho infantil e o “desinteresse” ou “desmotivação” pela escolarização, frequentemente mencionados nas entrevistas realizadas pelo projeto, mas com poucas pistas sobre as verdadeiras razões que causaram a exclusão escolar. Os últimos anos dessa faixa etária apresentam uma alta incidência de exclusão, o que pode ser devido a fatores como a transição da infância para a adolescência e pressões sociais, entre outros.



**4,5%**

possuem alguma deficiência, o que pode representar barreiras adicionais para sua inclusão e acesso à educação  
= 122 crianças e adolescentes



**1,2%**

cumpriam medidas socioeducativas, representando um grupo que necessita de atenção especializada e apoio  
= 14 crianças e adolescentes de 12 a 17 anos

## Perfil familiar

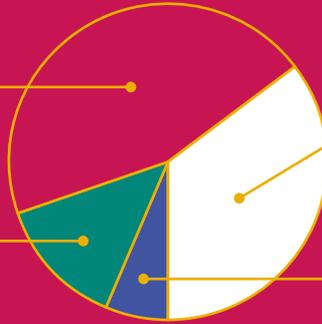
### Com quem as crianças e adolescentes residem

44,9% moram com a mãe, sem a presença do pai

35,4% moram com pai e mãe

13,5% não moram com nenhum dos dois

6,2% vivem com o pai, sem a presença da mãe

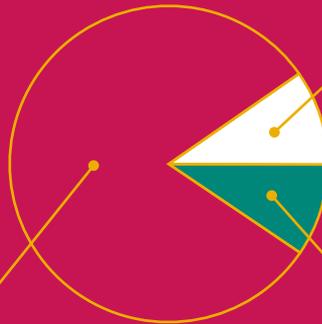


### Principal responsável pelas crianças e adolescentes

Para 80,9%, a principal responsável na escola é a **mãe**, reforçando a noção de que as mães desempenham um papel predominante no cuidado dos filhos

Para 9,8%, o **pai** é o principal responsável

Para 9,3%, **outras pessoas** são responsáveis



### Idade da mãe

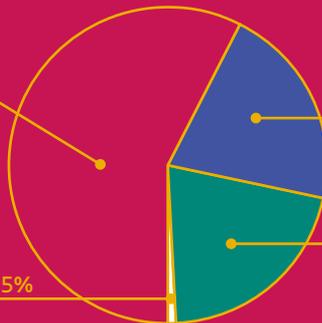
(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

Entre 30 e 39 anos | 45,3%

16,5% | Entre 20 e 29 anos

16,4% | Entre 40 e 49 anos

Adolescentes até 19 anos | 0,5%





Com 1,5%, identifica-se uma pequena parcela de adolescentes que buscam retomar seus estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível fundamental, o que indica uma tentativa de superar a exclusão escolar acumulada em suas trajetórias educacionais anteriores. Além disso, sugere uma estratégia frequentemente usada pelas redes escolares para lidar com a necessidade de reduzir a defasagem idade-série dos alunos. A representação reduzida de alunos na EJA no nível fundamental pode indicar também uma oferta limitada dessa modalidade no município, ainda que a idade mínima para cursar essa modalidade seja de 15 anos.

Os adolescentes inseridos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio representam 4,4% do total. A exclusão escolar nessa fase, como demonstram as pesquisas nacionais, é preocupante. No entanto, é importante destacar que o número relativamente baixo no caso do projeto em Marabá pode ser justificado devido ao foco na rede municipal de ensino, que se concentra principalmente no Ensino Fundamental. A menor incidência de exclusão escolar no Ensino Médio era esperada na intervenção, uma vez que a parceria institucional alcançou maior influência no município.

Além disso, a representação significativa na Educação Infantil e dados disponíveis sobre o Ensino Médio no país e na região, assinalam também a importância de apoiar os estudantes em ambos os extremos de sua trajetória escolar, considerando as particularidades de cada rede de ensino e as ofertas educacionais disponíveis no município.

Das crianças em situação de exclusão escolar identificadas pelo projeto Territórios em Rede em Marabá, 27% estavam fora da escola, ou seja, sem vínculo, e 73% estavam infrequentes, mas ainda possuíam matrícula escolar ativa. Esses dados ganharam contornos ainda mais fortes pois mais da metade do período de campo ocorreu entre 2020 e 2021, quando as atividades escolares presenciais ficaram suspensas por vários meses.

A predominância de crianças vivendo apenas com a mãe sugere um alto número de famílias monoparentais. Isso pode indicar desafios adicionais, especialmente se considerarmos questões socioeconômicas, já que famílias monoparentais, especialmente aquelas chefiadas por mulheres, tendem a ter renda mais baixa.

Considerando a faixa etária das mães e a idade das crianças, é evidente que muitas dessas mães tiveram seus filhos durante a juventude. Isso pode ter implicações em termos de condições fragilizadas no acesso e permanência à escola e à renda, bem como desafios adicionais relacionados à maternidade na juventude.

A maioria das mães está em sua idade produtiva (entre 25 e 49 anos), o que pode indicar que muitas delas estão ativamente trabalhando ou buscando emprego, mas possivelmente enfrentando desafios para administrar o trabalho e a sobrecarga das responsabilidades familiares.

Considerando a predominância de famílias monoparentais e o papel central das mães, é crucial que haja apoio e recursos adequados para essas famílias, especialmente em termos de acesso digno ao emprego, assistência à infância e outros serviços sociais.

Os dados do Territórios em Rede revelam a importância de políticas e programas direcionados para apoiar mães solteiras e suas famílias, dada a sua prevalência na comunidade, bem como a necessidade de abordar os desafios específicos enfrentados por mães que tiveram filhos em uma idade precoce.

### Resumindo!

- Fora da escola (27,2%) e risco de evasão (72,8%): as crianças e adolescentes em risco de evasão, mesmo matriculadas, enfrentam desafios que podem levá-las a abandonar a escola.
- Relação distorção idade-série<sup>12</sup>: um total de 751 (27,7%) das crianças e adolescentes localizados pelo Territórios em Rede estavam em distorção idade-série nos ensinos fundamental ou médio. Desses,

---

**12** Segundo o UNICEF, no Brasil, antes da Pandemia, mais de 7 milhões de estudantes da educação básica estavam em situação de distorção idade-série – ou seja: têm dois ou mais anos de atraso escolar. São principalmente adolescentes que, em algum momento, foram reprovados ou evadiram e retornaram à escola em uma série não correspondente à sua idade. (2018). O Pará era o Estado que concentrava a mais alta taxa de estudantes com dois ou mais anos de atraso escolar, 23%, seguido por Amapá e Acre, com 22%. Saiba mais em: <https://bit.ly/unicef-distorcao>.

aproximadamente 41% demandaram inserção nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

- O Ensino Fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos finais, apresenta os maiores índices de exclusão, com mais de 71% dos alunos concentrados nesses segmentos. Contudo, a Educação Infantil mostra-se também como etapa a ser focada.
- Apenas 42 adolescentes foram inseridos na EJA Fundamental. Essa pequena inserção pode indicar que, embora exista uma tentativa de retomar os estudos, a oferta ou a adesão a esse programa pode ser limitada. Por outro lado, é preciso considerar que a idade mínima para o ingresso na EJA é de 15 anos e o foco do Territórios em Rede vai até 17 anos.
- Os dados apresentam um panorama complexo da situação de exclusão em Marabá. Vários fatores, como idade, gênero, raça, situação escolar e trabalho infantil, interagem de maneiras que podem amplificar os desafios enfrentados por essas crianças. A intervenção de programas como o Territórios em Rede é crucial para abordar essas questões de forma intersetorial e garantir que todas as crianças tenham acesso aos seus direitos.
- A realidade das famílias de Marabá, com base nos dados apresentados, reflete uma série de desafios socioeconômicos. A predominância de crianças pardas em situação de exclusão, a alta porcentagem de risco de evasão escolar, a presença de trabalho infantil informal e a predominância de famílias monoparentais lideradas por mães são indicativos de desigualdades estruturais. Esses fatores, combinados com questões como gravidez na adolescência e a falta de acesso a instituições educativas, revelam um quadro de vulnerabilidade que requer intervenções multidimensionais para garantir a inclusão social e a educabilidade plena dessas crianças.



# Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar das famílias, eram coletadas informações sobre os motivos pelos quais as crianças ou adolescentes não estavam matriculados, haviam abandonado os estudos ou estavam infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias, a equipe do Territórios em Rede categorizou os dados em diferentes motivos, conforme o quadro:

Motivos informados pela família, por autodeclaração, para a situação de exclusão escolar da criança ou adolescente

Motivos informados	Crianças e adolescentes	%
Mudança de endereço, viagem ou deslocamentos frequentes	794	29,3%
Desinteresse da criança e/ou adolescente pelos estudos / escolarização	643	23,7%
Família em situação de pobreza (falta de renda / recursos)	620	22,9%
Falta de vaga em escola próxima ou na escola desejada; falta de acesso à vaga	385	14,2%
Dificuldade de adaptação à escola	268	9,9%
Sem responsável ou responsável com dificuldade de acompanhar a realização das atividades remotas	258	9,5%

Motivos informados	Crianças e adolescentes	%
Desinformação sobre procedimentos de acesso à escolarização ou relacionados à escola	216	8,0%
Falta de documentação da criança ou adolescente	182	6,7%
Criança ou adolescente com deficiência ou doença que impeça frequência escolar	162	6,0%
Responsável ou familiar com problemas de saúde	159	5,9%
Responsável não reconhece / desconhece a infrequência da criança ou adolescente	134	4,9%
Dificuldade / falta de responsável para acompanhar criança no trajeto escolar	124	4,6%
Falta ou dificuldade de acesso à internet	117	4,3%
Falta de dispositivo (celular, computador, tablet)	112	4,1%
Responsável ou familiar resistente ou indiferente à matrícula / escolarização	93	3,4%
Dificuldade / falta de responsável para buscar ou entregar atividades impressas	76	2,8%
Falta de transporte escolar	72	2,7%
Falta de materiais escolares (lápis, borracha, papel)	61	2,3%
Adolescente gestante ou em puerpério	54	2,0%
Criança ou adolescente em situação de trabalho infantil	43	1,6%

Motivos informados	Crianças e adolescentes	%
Responsável dependente de álcool e/ou drogas	36	1,3%
Criança ou adolescente migrante estrangeiro	35	1,3%
Falta de uniforme / material escolar / merenda	33	1,2%
Criança ou adolescente em situação de rua	26	1,0%
Falta de acessibilidade e/ou mediador na escola	26	1,0%

Notas: (i) As famílias puderam declarar mais de um motivo, com isso, a soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois é relativo à parcela de crianças que teve o motivo alegado. (ii) A tabela contém apenas os motivos que foram declarados para, no mínimo, 20 crianças ou adolescentes.

Fonte: Territórios em Rede – Marabá (2023).

A exclusão escolar em Marabá é influenciada por uma combinação de fatores internos e externos à rede pública de educação. Enquanto questões como falta de vagas e “desinteresse” pela escolarização podem ser abordadas com políticas educacionais, fatores externos, como pobreza e saúde, exigem uma abordagem interdisciplinar. É fundamental que os setores de educação, saúde, assistência social e desenvolvimento econômico trabalhem juntos para criar condições de acesso à educação de todas as crianças em Marabá.

O “desinteresse” dos alunos – frequentemente mencionado pelas famílias – pode ser resultado de um ambiente escolar desfavorável, métodos pedagógicos desatualizados ou um currículo que não atende às necessidades e interesses dos estudantes, reiterando a importância da escola fortalecer-se como espaço de educabilidade.

Muitas vezes, famílias em situação de vulnerabilidade, sem uma devida rede de proteção social, se veem expostas e sem alternativas ao trabalho infantil – remunerado ou doméstico, vendo-o como uma necessidade imediata, em detrimento dos benefícios da educação a longo prazo. Ao mesmo tempo, a falta

de recursos para itens básicos, como material escolar e transporte, pode ser uma barreira ao direito à educação.

Deficiências ou questões de saúde, tanto da criança (162) quanto de familiares (159), foram barreiras significativas ao acesso e à frequência escolar. A necessidade de tratamentos de saúde contínuos, cuidar de um parente enfermo ou mesmo a ausência de infraestrutura de redes de serviços adequada podem afastar os(as) estudantes da escola. A gravidez como tendo sido o motivo da exclusão, relacionada a 54 adolescentes (46 estavam grávidas ou em puerpério quando identificadas pelo Territórios em Rede), pode indicar que o acesso a serviços de saúde reprodutiva são insuficientes no município.

Para abordar a exclusão escolar devido a fatores de saúde, é essencial um enfoque intersetorial que considere não apenas as necessidades de saúde das crianças, mas também os desafios socioeconômicos e familiares que enfrentam. Intervenções como suporte educacional especializado, programas de saúde reprodutiva para adolescentes e suporte socioeconômico são necessários para garantir que essas crianças e adolescentes tenham acesso a uma educação integral.

A violência e a discriminação, independentemente de sua origem, criam ambientes hostis que desencorajam a permanência ou o retorno à escola. Alunos que enfrentam tais adversidades comumente sentem-se marginalizados, inseguros ou desvalorizados no ambiente escolar.



**“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”**

— *Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio.*<sup>13</sup>

---

**13** BURGOS, M. et al. “Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. *Revista Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio n. 15, jul/dez, 2014, pp. 71-105.



## Casos ilustrativos

Tão importantes quanto o levantamento e sistematização de dados quantitativos, estão os relatos ou práticas de ações dos articuladores e gestores do projeto sobre suas ações, características das famílias e potencialidades e desafios do enfrentamento da exclusão escolar;



**“Você organizou tudinho pra mim! Já fizemos a matrícula e eles já estão com os cadernos de atividades aqui. Agora tô indo comprar os lápis!”**

*— Pai de duas crianças de 4 e 5 anos. Uma delas nunca estudou e está matriculada após atendimento do Territórios em Rede em Marabá*

## Casos ilustrativos sobre articulação à rede de proteção e assistência social

### **Caso 1. A história de P.**

Aos 14 anos, P., adolescente em Marabá, foi identificado pelo projeto Territórios em Rede. Sua família mudava frequentemente de localidade, não frequentava a escola e também enfrentava epilepsia não tratada. Além disso, sua única identificação era o registro de nascimento, sem CPF ou RG, e estava consideravelmente atrasado em sua escolarização

A partir da intervenção do Territórios em Rede e de uma organização parceira, P. foi encaminhado a um neurologista e recebeu o diagnóstico de epilepsia, iniciando um tratamento adequado. O próximo desafio foi reintegrá-lo à escola. Com relatórios detalhados enviados à Secretaria Municipal de Educação e à escola local, P. foi matriculado no terceiro ano do Ensino Fundamental, apesar da distorção idade-série. A escola, reconhecendo a situação única de P., realizou uma avaliação diagnóstica e o acolheu. Esse retorno não apenas representou um resultado positivo do Projeto, mas

também sensibilizou a família de P. em relação à importância do direito à educação e saúde. Além disso, medidas de assistência foram implementadas. A família de P., em situação de extrema vulnerabilidade, começou a receber benefícios de programas sociais, incluindo cestas básicas e auxílio para emissão de documentos. As crianças também receberam material escolar essencial por meio do Territórios em Rede.

A intervenção realizada pelo projeto Territórios em Rede destaca a importância de uma abordagem multidimensional para enfrentar os diversos desafios enfrentados por famílias em situações vulneráveis.

O fato de P. ter uma condição de saúde não diagnosticada e não tratada, nesse caso, a epilepsia, destaca a importância de priorizar a atenção básica da família. A parceria com uma Unidade de Saúde permitiu que P. recebesse o tratamento necessário, demonstrando uma articulação ativa do Territórios em Rede com a rede intersetorial. A intervenção garantiu que P., apesar de sua defasagem educacional, fosse reintegrado ao sistema educacional, destacando a mediação com a Secretaria Municipal de Educação e a escola local como fundamental na garantia de sua matrícula. A escola demonstrou compreensão ao acolher P., reconhecendo sua situação singular. Isso não apenas respeitou os direitos de P., mas também serviu como um modelo de como as instituições educacionais podem e devem atender às necessidades de todos os alunos.

A vulnerabilidade socioeconômica da família de P. foi abordada por meio de medidas de assistência social. Ao fornecer benefícios de Programas Sociais, cestas básicas e auxílio para a emissão de documentos, o projeto Territórios em Rede assegurou que a família tivesse o suporte básico necessário para melhorar a dignidade humana da família e o processo de educabilidade do jovem.

## **Caso 2. Mudança de região**

Uma família composta por dez crianças, das quais oito em idade escolar, mudou-se da zona rural para Marabá. Ao chegar à cidade, os responsáveis foram informados de que não havia vagas nas escolas para matricular as

crianças, e todas elas que deveriam estar frequentando as aulas tiveram esse direito negado. Após a identificação da família, as crianças foram registradas no projeto Territórios em Rede e, por meio de diversas mediações com a rede pública de educação, conseguiram ser matriculadas na escola. Durante o acompanhamento realizado pela articuladora, a mãe das crianças expressou o desejo de retomar seus estudos, pois sentia a necessidade de apoiar seus filhos em seus aprendizados. Ela recebeu orientação para se inscrever no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecido na mesma escola onde seus filhos estudavam. Na fase de consolidação do Territórios em Rede, a mãe já estava concluindo o Ensino Fundamental.

O caso apresentado destaca a importância da intervenção e da mobilização comunitária em prol de famílias em situações de vulnerabilidade, especialmente quando se trata do acesso à educação. A mudança de uma família numerosa da zona rural para uma área urbana como a cidade de Marabá traz consigo uma série de desafios, incluindo a escassez de vagas escolares e a dificuldade de acesso aos serviços, refletindo as dificuldades enfrentadas por famílias que migram em busca de melhores condições de vida.

A mediação do Territórios em Rede foi fundamental para garantir a matrícula das crianças na escola, enfatizando a importância de organizações e projetos comunitários que funcionam como intermediários entre famílias em situações de vulnerabilidade e instituições. Além disso, a decisão da mãe de retornar aos estudos é um dado do impacto positivo que a intervenção teve, não apenas nas crianças, mas em toda a família, refletindo uma mudança de mentalidade e destacando a importância da aprendizagem contínua. A orientação para a mãe frequentar o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na mesma escola que seus filhos foi uma alternativa prática.

### **Caso 3. Retornos**

Uma família em situação de extrema pobreza foi assistida pelo Territórios em Rede após um contato inicial com a avó da criança. A mãe da criança

estava residindo em outro município, enquanto o pai encontrava-se doente. Com a intervenção do projeto, a mãe pôde retornar a Marabá, reunindo a família novamente. Além disso, a equipe providenciou a obtenção dos documentos pessoais, incluindo os da criança, que até então não possuía certidão de nascimento. Adicionalmente, foram tomadas medidas para garantir que a família passasse a receber o Auxílio Brasil, visando atender às suas necessidades básicas.

O projeto não somente identificou a necessidade de reunir a família, mas também reconheceu a importância da documentação. A certidão de nascimento é um direito fundamental, e sua ausência pode obstruir o acesso a diversos serviços e direitos. A ação de reunir a família, juntamente com a obtenção dos documentos, possibilitou que eles tivessem acesso ao Auxílio Brasil. Esse é um exemplo claro de como a assistência social pode fortalecer os vínculos familiares, garantindo direitos básicos de acesso à cidadania



#### Caso 4. Articulação entre estados

Uma criança de 6 anos, que não possuía certidão de nascimento e estava fora da escola, foi identificada por meio da Busca Ativa do Territórios em Rede, em Marabá, após o cadastramento de sua família no projeto. Em seguida, foi realizada uma articulação com o Ministério Público para encaminhar a resolução de seus problemas. No entanto, antes de emitir a certidão da criança, foi necessário solicitar a segunda via e a correção da certidão da mãe, que estava registrada no estado do Maranhão.

Além disso, uma vaga na escola já havia sido articulada com a Secretaria de Educação, mesmo que a documentação ainda não estivesse completamente resolvida. Após alguns meses, quando o Ministério Público recebeu a segunda via da certidão de nascimento da mãe, a articuladora entrou em contato com ela para compartilhar as boas notícias, utilizando o telefone de um vizinho, uma vez que a família atendida não tinha acesso a esse recurso.

Após a mãe buscar sua certidão junto ao Ministério Público, foi iniciada outra articulação, desta vez com a assistente social do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), para garantir a continuidade do atendimento e os devidos encaminhamentos. Por meio do Territórios em Rede, a família também recebeu uma cesta básica e material escolar, proporcionando à criança as condições adequadas para o seu acesso à escola.

Este caso ilustra a importância da articulação da rede interinstitucional adotada pelo Territórios em Rede. Ao identificar uma criança de 6 anos que não possuía certidão de nascimento e não estava matriculada na escola, o projeto não apenas reconheceu o problema, mas também tomou medidas em diferentes esferas para resolvê-lo. A colaboração com o Ministério Público contribuiu para o processo de regularização da documentação, superando desafios como a falta de comunicação direta com a família.

Além disso, a parceria com o CRAS e a provisão de recursos básicos, como alimentos e material escolar, destacaram o objetivo interdisciplinar do projeto. O foco não era apenas reintegrar a criança à escola, mas também promover seu desenvolvimento integral. O caso reflete os desafios enfrentados pela equipe do Territórios em Rede de abordar questões complexas e urgentes que afetaram as famílias em situação de vulnerabilidade.

## Casos ilustrativos de articulação à rede de saúde

### Caso 1. "Comportamento agitado" de A.

Um menino de nove anos estava enfrentando problemas de frequência escolar quando foi identificado pelo Territórios em Rede. A articuladora, após avaliar sua situação, descobriu na escola que ele apresentava, segundo relatos, um "comportamento agitado", com dificuldades de concentração e fala. Para abordar essas questões, foram agendadas consultas com especialistas na Unidade Básica de Saúde (UBS) e no Centro de Saúde localizado na Igreja dos Capuchinhos. Devido à demora para conseguir uma consulta com um neurologista na UBS, a consulta foi marcada no Posto de Saúde da Igreja. Com o tratamento adequado, o menino, identificado como A., apresentou melhorias significativas e pôde retornar à escola. O Territórios em Rede também ofereceu apoio à família, incluindo transporte para as consultas médicas.

Esta história destaca a importância da intervenção pontual e dos esforços da equipe do TR em abordar tanto as questões de saúde quanto as educacionais que afetam as crianças em situações de vulnerabilidades diversas. Com o tratamento adequado, houve uma melhora significativa no processo de inclusão escolar. Importante ressaltar o apoio logístico fornecido para o transporte no acesso à saúde da família.

## Caso 2. Bullying por conta de questões de saúde

Uma criança que sofria de dislalia, um distúrbio na articulação e pronúncia das palavras devido a alguma lesão no órgão fonador, estava enfrentando, segundo relatos, bullying na escola devido a essa condição. A equipe do Territórios em Rede identificou e cadastrou a criança no projeto, tomando as medidas necessárias para apoiar as múltiplas demandas decorrentes desta questão inicial. O projeto assegurou que a criança fosse encaminhada a um fonoaudiólogo, o que logo produziu resultados positivos, melhorando significativamente sua capacidade de comunicação.

Como resultado, a criança pôde começar a se comunicar de maneira mais acessível na escola, aumentando sua confiança e autoestima para interagir com seus colegas.

Esta história ilustra como o Territórios em Rede não apenas identifica e encaminha questões de saúde, mas também pode contribuir no processo de inclusão auxiliando-as a superar desafios das violações que ocorrem nos espaços de socialização.

As experiências narradas evidenciam a necessidade de identificar, intervir e resolver problemas complexos, garantindo que as crianças recebam o apoio necessário para superar entraves imediatos ao direito à educação. Revelam ainda quão são necessárias ações e políticas para além dos problemas imediatos, que tenham implicações de longo prazo para o desenvolvimento integral das crianças envolvidas.



**“A partir do momento em que você veio aqui, ele ficou mais animado, foi um incentivo pra ele fazer as atividades e concluir o sexto ano. Ele está tão animado que quer fazer junto o sexto e o sétimo ano.”**

*— Mãe de um adolescente atendido pelo projeto no Núcleo Cidade Nova*

## **Casos ilustrativos de articulação junto ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**

O perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão social por fatores ligados ao campo do acesso à Justiça é, também, complexo e multidimensional. A gravidez na adolescência, os desafios familiares, a baixa escolaridade dos responsáveis e os desafios socioeconômicos são áreas críticas que precisam ser abordadas sem estigmas e revitimização. Intervenções integradas que considerem tanto os fatores sociais quanto os educacionais são necessárias para melhorar a situação dessas crianças e adolescentes.

### **Caso 1. Interrupção do ciclo de violência**

Aos trinta e quatro anos, uma mãe de sete filhos vinha sofrendo violência doméstica há muitos anos, mesmo depois da separação. Sem receber nenhum tipo de assistência, tinha dificuldades para denunciar o pai dos seus filhos, um egresso do sistema prisional. Encaminhada ao Territórios em Rede pelo Conselho Tutelar, a mulher passou a ser atendida por um novo programa governamental, implementado para atender mulheres vitimizadas por violência física ou psicológica. Por meio do programa, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM), ela começou receber apoio psicossocial e jurídico. Além disso, as crianças, que estavam desvinculadas, foram reintegradas à escola, continuando a família a ser acompanhada pelo projeto.

A intervenção do projeto Territórios em Rede neste caso foi fundamental para garantir a segurança e o bem-estar de uma mãe e seus sete filhos. A mãe, vítima de violência doméstica, encontrou no Projeto o apoio necessário para ser encaminhada ao CRAM, um centro especializado em atender mulheres em situações de violência.

### **Caso 2. Consequências das enchentes**

Duas irmãs adolescentes, de 14 e 16 anos, enfrentaram o desafio da falta de documentação devido aos problemas vivenciados nas enchentes. Identificadas como alunas infrequentes, a investigação revelou que ambas





não possuíam documentos essenciais. Esta ausência afetou sua educação e, inclusive, impediu que fossem vacinadas contra a Covid-19. Com a intervenção do projeto Territórios em Rede, as meninas foram encaminhadas ao Conselho Tutelar que as apoiou na obtenção gratuita dos documentos e subsequente retorno à escola.

A intervenção do projeto Territórios em Rede foi essencial para identificar essa lacuna e encaminhar as meninas ao Conselho Tutelar, que mobilizado, agiu prontamente para apoiá-las.

### **Caso 3. Pensão alimentícia**

Uma mãe enfrentava dificuldades em garantir a pensão alimentícia para seus filhos. Sem recursos para contratar um advogado e sem conhecimento sobre seus direitos, a família estava em uma situação vulnerável. O projeto Territórios em Rede interveio, encaminhando a família à Defensoria Pública. Com a assistência jurídica gratuita fornecida pela Defensoria, a família pôde dar entrada no pedido de pensão alimentícia, visando o sustento e bem-estar das crianças envolvidas.

A intervenção do projeto neste caso demonstra a importância da orientação sobre os direitos no campo do acesso à justiça. Sem os recursos ou acesso às informações para buscar seus direitos, a família estava desprotegida.

## Intersetorialidade

Os casos narrados acima, de forma breve, revelam a busca e importância da lógica intersetorial orientando as ações da equipe do Territórios em Rede.

Ao buscar trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criassem condições para que as crianças e suas famílias acessassem direitos. O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações junto aos órgãos como o CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, escolas e unidades de saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e até mesmo o agendamento e acompanhamento de consultas médicas.

Na saúde, por exemplo, inicialmente a demanda estava centrada em pediatria. No entanto, com o tempo, surgiram questões relacionadas à saúde dos familiares, saúde mental e até mesmo a necessidade de laudos médicos. Para atender a essa crescente demanda, foram estabelecidas parcerias conectadas ao contexto de cada serviço, resultando em encaminhamentos para clínica geral, psiquiatria, dentre outros.

Além de atuar diretamente para mediar a necessidade de vagas escolares com a oferta da rede educacional, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar e pela atuação pedagógica. Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, a rede municipal de educação começava a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca Ativa do Projeto. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a facilitação dos entraves de matrícula, dentre as quais aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo e articular documentações pendentes com a rede de proteção sem impedimento do restabelecimento do vínculo escolar.

Durante a pandemia, o Territórios em Rede ajudou a orientar os critérios para a Busca Ativa no município, tendo em vista as dificuldades de acessar a escolarização por parte de crianças e adolescentes mais vulnerabilizados naquele período. Foram prioritários, portanto, os casos das famílias que sequer buscaram nas unidades escolares as apostilas impressas para as tarefas dos estudantes e os kits de merenda distribuídos. Também foi o caso de crianças e adolescentes visitados em suas residências que, mesmo com acesso às aulas pela internet ou pelas apostilas, não conseguiam compreender as tarefas e os conteúdos, de modo que os articuladores precisaram ou mediar essa demanda com algum apoio pedagógico local, ou, eles mesmos, apoiavam a realização das atividades.

Após a reabertura gradual das escolas, o projeto também apoiou a reorganização da rede e a retomada das aulas presenciais.



# Formação dos agentes da rede de proteção social

Entre maio e outubro de 2022, o Territórios em Rede em Marabá promoveu uma formação para agentes públicos com propósito de capacitar profissionais da prefeitura e da sociedade civil, focando na implementação de ações eficazes contra a exclusão escolar.

Com carga horária total de 60 horas, o curso foi organizado em 36h de aulas síncronas, distribuídas em encontros de 3h de duração, e 24h de atividades assíncronas, incluindo orientações para a elaboração de projetos, vídeos, dados de pesquisas e resenhas. A formação contou com a presença de palestrantes e convidados dos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTs) que compuseram o projeto Territórios em Rede de Marabá, além da realização de atividades com apoio da supervisão pedagógica.

O público-alvo do curso incluía profissionais das Secretarias municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, além dos da Secretaria Estadual de Educação, dos Conselhos Tutelares, do Poder Judiciário e de organizações sociais do território.

A formação foi organizada em seis módulos e as atividades e exercícios foram previamente pactuados durante o encontro online e por meio do grupo de *WhatsApp* destinado às trocas relativas ao curso:

- Diretrizes do projeto Territórios em Rede: perspectiva intersetorial e territorial
- Direito à educação
- Acesso à Justiça e Cidadania
- Acesso à Saúde
- Acesso à Assistência Social
- Território e Segurança Pública

Além de fortalecer a rede proteção social de crianças e adolescentes, aprimorar as competências técnicas locais para promover ações interdisciplinares, por meio da transferência de metodologias do projeto, o curso buscou construir, de forma coletiva, subsídios para o protocolo de políticas intersetoriais de enfrentamento da exclusão escolar nos municípios que estava sendo elaborado.<sup>14</sup>

Deste modo, o curso tinha três objetivos simultâneos: discutir o trabalho intersetorial, refletir acerca de casos complexos e transmitir a metodologia do Territórios em Rede para que o poder público pudesse dar continuidade ao enfrentamento da exclusão das crianças e adolescentes no município.

Ao final do processo formativo, a turma apresentou em um seminário de encerramento um conjunto de propostas de ações intersetoriais para os territórios com foco na sustentabilidade de uma política pública de enfrentamento da exclusão escolar, a partir do desenho de fluxos de trabalho.

---

**14** O protocolo estava sendo elaborado pela equipe central do Territórios em Rede e por representantes do poder público nos municípios de atuação do projeto.



“Somos de uma região com muitas mazelas sociais, mas também temos um povo que luta e enfrenta as dificuldades com muita garra e determinação. Sei que muitos, permaneceram por acreditar que sejamos capazes de enfrentar o desafio da exclusão escolar, em que pese a ausência clara de protocolos definidos. Às vezes, somos só uma voz que reverbera. Mas são formações como essa que nos alimentam e nos apoiam a seguir.”

— *Estudante da Formação de Agentes em Marabá, 2022*



BEM VINDO

EVERY  
ONCE  
a while.



# Incidência política do Territórios em Rede em Marabá

O projeto Territórios em Rede concentra seus esforços em uma estratégia de atuação direcionada à influência das políticas públicas de educação e proteção social para crianças e adolescentes no município. O principal objetivo dessa estratégia foi contribuir para o aprimoramento das políticas públicas existentes, priorizando a prevenção e o combate à exclusão escolar de maneira intersetorial.

Isso implicou em uma colaboração ativa com as secretarias municipais de Educação, Assistência Social, Saúde, os Conselhos Tutelares e outras entidades responsáveis pela garantia dos direitos à educação e outros direitos sociais, tanto na formação ofertada aos agentes, quanto no próprio exercício do trabalho intersetorial – com o GT e nas ações territoriais com as equipes.

- **Mantendo o foco**
- O projeto busca apoiar a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e combate à exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelo município. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação dessas políticas.

Em Marabá, o trabalho de influência política começou desde o início do projeto, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as secretarias relevantes. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de

identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas em seus respectivos programas. Com base nas potencialidades identificadas, o projeto iniciou uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.

No terceiro mês do projeto, com as equipes de campo atuando nos territórios, foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor Intersetorial. Esse fórum foi acordado com os gestores públicos e assumiu uma periodicidade mensal. Ele estabeleceu uma dinâmica de reuniões interdisciplinares, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos pelo projeto, as características da população identificada nessa situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

Foi nesse contexto que ações voltadas para a criação de soluções mais integradas e estruturadas puderam ser desenvolvidas. Definiram-se como objetivos do Comitê Gestor Intersetorial:

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersetorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhado de acompanhamento da implementação do projeto com o poder público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas com foco na proteção integral de crianças e adolescentes por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersetorial do Comitê para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersetorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar nos municípios;

- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede com os representantes das políticas públicas visando a implementação da política intersetorial.

No município, as seguintes secretarias e instâncias públicas participaram deste fórum:

- Secretaria Municipal de Educação (Coordenação da Busca Ativa Escolar e Setor de Matrícula)
- Secretaria Estadual de Educação (Gerência de Acesso e Permanência Escolar)
- Secretaria Municipal de Saúde (Coordenadoria da Estratégia de Saúde da Família)
- Secretaria Municipal de Assistência Social (Assistente Social)
- Estação Conhecimento (Direção)
- Conselho Tutelar Regional IV
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Presidência)
- Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Coordenação)



**Foram realizadas ao todo 24 reuniões do Comitê Intersetorial, uma por mês, no transcorrer de todo o projeto.**

Como desafios do grupo e do próprio processo de trabalho, entende-se a dificuldade em estabelecer uma cultura (práxis) intersetorial, resistência de alguns agentes públicos a uma nova agenda de trabalho, dificuldade na definição de representantes fixos, ocasionando instabilidade e rotatividade de participantes, conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa, pouca capacidade resolutiva dos participantes e preocupação com a sustentabilidade da iniciativa.

Como avanços, porém, podem ser ressaltados:

- Articulação com a Secretaria de Direitos Humanos para ampliar a participação dos Conselhos Tutelares no fluxo de enfrentamento da exclusão escolar;
- Articulação com a Secretaria Municipal da Mulher para a distribuição de absorventes nas escolas e para adolescentes atendidas no projeto;
- Articulação entre as Secretarias de Saúde e Educação para ampliar promover a vacinação dos estudantes;
- Adesão à Busca Ativa escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e acompanhamento para sua implementação;
- Mediação entre as secretarias de educação municipal e estadual para a pactuação da estratégia Busca Ativa escolar;
- Incidência sobre a necessidade de ampliação da oferta de vagas escolares em bairros específicos contribuindo com o planejamento do poder público para abertura de novas turmas e escolas.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o projeto criou e desenvolveu os grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os conselhos tutelares, além de representantes da sociedade civil. A experiência teve início ao final do trabalho de campo da equipe de articuladores locais, com o objetivo de manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais. Foi possível organizar esse trabalho com a seguinte configuração:



Para garantir a continuidade das ações, dados e informações foram sistematizados e compartilhados com os agentes públicos, o que contribuiu para uma compreensão mais profunda da situação na cidade. Essas informações foram sistematizadas em um relatório entregue aos representantes do poder público no município ao final do projeto.



# Resultados e impactos

Entre novembro de 2020 e outubro de 2022, o Territórios em Rede identificou 2.709 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão. Com uma meta inicial de 2.400 identificações, o número alcançado em Marabá evidencia o grande desafio do combate à exclusão escolar enfrentado na região. Ao mesmo tempo, o projeto demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre os identificados, 2.518 voltaram para a escola ou permaneceram nela, uma taxa de sucesso de 93%.

Vale destacar os 7.406 atendimentos remotos, que se apresentaram como uma resposta ágil aos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, e mostrando a capacidade de adaptação do Territórios em Rede, que manteve o apoio às crianças, aos adolescentes e às famílias, independentemente das circunstâncias adversas.

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede desempenhou um papel crucial ao articular as demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe no território promoveu adequadamente a integração da rede de proteção e do sistema de garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao apresentar para secretaria de educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico das crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos políticos pedagógicos orientados ao acolhimento dos estudantes vulnerabilizados socialmente, para a prevenção e para o enfrentamento da exclusão escolar.

Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que desse a estas ações um caráter perene e efetiva.

## Métodos de identificação mostram resultados

No Territórios em Rede de Marabá, a Busca Ativa foi a principal forma de localização das crianças e adolescentes fora da escola, representando 34,92% das localizações. Em seguida, o processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou de secretarias de educação sobre abandono e infrequência representaram 33,75%. O desdobramento dessas listas, ou seja, indicações de alguém já listado, compreendeu 17,42% das localizações.

Por outro lado, em 11,08% foram fruto de demanda espontânea, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família. As indicações diretas da rede articulada também desempenharam papel, com equipamentos públicos da assistência, como CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), contribuindo com 1,11%, a Estação Conhecimento com 0,92% e o Conselho Tutelar com 0,81% das indicações.

Para alcançar esses resultados, foram realizados 12.393 acompanhamentos a crianças/famílias para orientações e encaminhamentos necessários ao acompanhamento das famílias atendidas, 1.550 encaminhamentos foram fornecidos para reinserção escolar e/ou inclusão em serviços de saúde, assistência social e organizações sociais, dentre os quais:



- **642** para a Educação;
- **295** para a Assistência Social;
- **158** para a Saúde;
- **120** para serviços públicos, em geral;
- **93** para atividades religiosas voltadas para recreação ou assistência;
- **71** para a sociedade civil;
- **59** para transporte de correspondência;
- **52** para o Conselho Tutelar;
- **21** para associações de moradores;
- **16** para a Justiça;
- **16** para atividades de cultura e recreação;
- **4** para a Segurança Pública;
- **3** para a Estação Conhecimento;
- e **1** para outro tipo de instituição.

### Territórios em Rede Marabá novembro de 2020 a outubro de 2022

Ações equipe de campo	Total Projeto
Crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão identificados	<b>2.709</b> (736 fora da escola) (1.973 em risco de evasão)
Crianças e adolescentes inseridos na escola	2.518
Acompanhamentos realizados	12.387
Visitas domiciliares	14.710
Encaminhamentos	1.550
Contatos remotos	7.406

## Mobilização e ações complementares

Por meio dos diferentes canais de comunicação utilizados, estima-se que o Territórios em Rede alcançou mais de cinco mil de pessoas em Marabá.

Entre os resultados complementares, além da inserção escolar, 275 famílias receberam auxílio emergencial e outras doações. Destacam-se:

- 620 doações de material escolar;
- 105 emissões de documentos;
- 45 atendimentos em unidades de Assistência Social;
- 26 atendimentos em unidades de Saúde;
- 19 inserções em atividades esportivas, culturais e/ou recreativas;

## Mapeamento e articulação de instituições

Ao todo, 87 instituições foram mapeadas para colaborar com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos. Dessas, 47 eram órgãos públicos ou governamentais; 31, organizações da sociedade civil; 6, associações de moradores; e 3, instituições religiosas.

Entre as 225 escolas públicas de Educação Básica existentes em Marabá, 190 foram apoiadas pelo Territórios em Rede; ou seja, 84% do total. Como modalidades de apoio, foram realizadas visitas presenciais, o acompanhamento de crianças fora da escola ou em risco de evasão; a matrícula e reinserção de crianças do Projeto; e a formação de profissionais da educação.

- **Para lembrar**
- Há um acervo de material
- e vídeos/documentá-
- rios publicados no Canal
- Youtube do Projeto:
- [https://www.youtube.com/](https://www.youtube.com/@territoriosemrede9479)
- [@territoriosemrede9479](https://www.youtube.com/@territoriosemrede9479).

## Um olhar para as Comunidades Warao

O projeto Territórios em Rede contribuiu, por fim, no processo de integração dos migrantes e refugiados, com destaque para a comunidade indígena Warao. Atuando como ponte entre essas comunidades e as instituições locais, facilitou algumas situações de acolhida e adaptação desses grupos em um novo contexto educacional. Ao trazer à luz populações frequentemente marginalizadas pelas políticas públicas, através da Busca Ativa, o projeto pôde direcionar as políticas públicas para fornecer soluções mais específicas para essa realidade. Em alguns casos o Territórios em Rede, inclusive, atuou como um mediador cultural, auxiliando as instituições locais a entender e valorizar as diferenças culturais e linguísticas dos migrantes e refugiados.

Como uma das ações para atender essas populações, Marabá estabeleceu em 2021 um Grupo de Trabalho Intersetorial composto por representantes de diversas secretarias, com objetivo de avaliar e adaptar as políticas públicas. Este grupo tem como objetivo entender como as políticas podem ser ajustadas para atender aos direitos desses indivíduos. No campo da educação, recentemente, a Prefeitura criou um departamento dedicado à educação escolar indígena, em parte, em função da presença e demandas apresentadas pelos Waraos. Esta iniciativa busca garantir o acesso e a permanência qualificada desses estudantes no sistema educacional, enfrentando o desafio de desenvolver propostas pedagógicas que respeitem e incorporem a diversidade cultural e linguística desses alunos.

## Novas parcerias

Por fim, outra contribuição do Territórios em Rede em Marabá foi a de estabelecer as bases para a introdução de dois novos projetos no município incentivados pela Vale S.A. e a Fundação Vale, denominados Territórios Educativos e Redes de Cidadania. Estas iniciativas, realizadas em colaboração com a Associação Cidade Escola Aprendiz, têm como foco o trabalho com crianças e adolescentes e suas famílias em situação de extrema pobreza.



# Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digne a proteger e garantir direitos precisa de uma educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao direito à educação.”

— *Natacha Costa, Diretora da Cidade Escola Aprendiz*<sup>15</sup>



Cadastro de família identificada através da Busca Ativa escolar

Fonte: banco de imagens do projeto

<sup>15</sup> <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola/>

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e os achados encontrados ao longo dos três anos, foi sistematizado um conjunto de recomendações para a gestão pública:

## Quanto ao fluxo e monitoramentos das informações

- Criação de um **sistema integrado das políticas sociais**, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com **informações atualizadas** sobre crianças e famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Criação de **protocolo rigoroso e consistente para preenchimento e coleta de dados**;
- Definição de um **fluxo permanente com responsáveis (escolas) sobre alunos(as) infrequentes**, com incentivo ao controle diário da frequência dos(as) alunos(as);
- Melhoria do **aproveitamento da informação de cadastro das crianças** que já passaram pela escola para desburocratizar seu retorno à escola;
- A **exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula é desnecessária**, uma vez que o histórico da criança fica todo no sistema de gestão acadêmica (para os casos de criança que já passou pela rede), e muitas vezes se torna um impeditivo para a sua matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre essas entidades, a fim de regulamentar os **fluxos de troca de informações** com base na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

## Quanto ao acesso à escola

- O **planejamento da oferta de vagas** nas redes municipais e estaduais deve considerar a necessidade de transporte, alimentação, turnos e também a disponibilidade de vagas para irmãos e irmãs na mesma escola;
- As secretarias de educação devem assegurar o **pleno acesso de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação à escola**, garantindo o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;
- O retorno do ensino presencial revelou a **necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos que possam reverter os déficits de escolarização dos estudantes**, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a essas demandas, o **contínuo investimento em formação continuada** e acompanhamento dos profissionais da educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;
- **Ampliação e qualificação da divulgação de informação sobre a matrícula**, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados às famílias. É importante que essas informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção se implique em orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de **parcerias e mobilização das instituições locais** (associações de moradores, igrejas, ONGs e equipamentos públicos, entre outros) para o **engajamento das comunidades** em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É fundamental que as diversas organizações, públicas e privadas, tenham elementos para identificar e encaminhar casos de crianças fora da escola. Nesse sentido, é fundamental que haja notificação ao órgão competente tal como já deve ser feito em outros casos de violações do direito da criança e do(a) adolescente (violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil etc.);

- Promoção de **campanha permanente pela causa da garantia do direito à educação**, com ampla mobilização nos territórios e na cidade por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, folders, panfletagem, carro de som etc.) de forma previamente planejada para maior eficácia dos resultados;
- Criação de **material de divulgação com linguagem acessível** para as famílias e que tragam informações úteis a respeito dos caminhos para a efetivação da matrícula, em qualquer período do ano;
- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao **atendimento legal para casos de crianças sem documentação** (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade etc.);
- Definição de **estratégias para situações que dificultam o acesso das crianças à escola**, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco, alunos(as) em situação de medida socioeducativa, entre outros.

## Quanto ao trabalho das escolas

- Utilização dos **dados e do perfil dos(as) estudantes, suas famílias e territórios** analisados em profundidade, com estudo de perfil e dados socioterritoriais, com **finalidade pedagógica e para o aprimoramento da gestão escolar**;
- Elaboração ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) incluindo formas de prevenção da exclusão dos estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma **perspectiva antirracista, de enfrentamento das desigualdades de gênero e territoriais e de defesa de uma educação laica** em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;



- Criação de **estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças em risco de exclusão**, no que diz respeito à promoção e à permanência, pós-pandemia;
- **Monitoramento** pelos(as) professores(as) e gestores(as) **das listas de infrequência e abandono**;
- Compromisso da escola com **abandono “zero”**;
- Estímulo à **organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil** para a prevenção à exclusão escolar e promoção de melhorias no ambiente escolar e relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas que efetivem uma **aprendizagem equitativa, com equidade racial, territorial, de gênero e em relação a pessoas com deficiência**.

## Quanto ao trabalho junto às comunidades indígenas e refugiados Warao

- Oferta de **formação continuada para os profissionais da educação**: professores, gestores escolares e demais funcionários sobre **diversidade cultural, linguística e pedagogias interculturais**, preparando-os para lidar com as especificidades dessa população;
- Desenvolvimento ou adaptação dos **materiais didáticos que considerem a cultura, história e língua dos indígenas Warao**, promovendo uma educação inclusiva e contextualizada;
- **Contratação de intérpretes ou mediadores culturais** que possam facilitar a comunicação entre a escola e as famílias, bem como auxiliar no processo educacional das crianças;
- **Adaptação do currículo escolar para incorporar aspectos da cultura e história Warao**, permitindo que os alunos se vejam representados e valorizados no ambiente escolar;

- **Equipagem das escolas** para atender às necessidades específicas desses alunos, como salas de aula adaptadas e recursos didáticos apropriados;
- Estabelecimento de **parcerias com organizações locais**, como o projeto Territórios em Rede, para desenvolver programas e iniciativas que atendam às necessidades educacionais dessa população;
- **Facilitação do processo de matrícula para crianças e adolescentes migrantes e refugiados**, flexibilizando a necessidade de documentação e reconhecendo documentos estrangeiros;
- Implementação de **programas de acompanhamento para monitorar o processo de aprendizagem e desenvolvimento integral** dos alunos, identificando rapidamente quaisquer desafios ou barreiras que possam enfrentar;
- Promoção de **eventos e atividades que celebrem a cultura e tradições** dos Warao, fortalecendo a integração e o respeito mútuo entre as comunidades locais e migrantes;
- **Canais de comunicação diretos** entre a prefeitura, as escolas e a comunidade Warao, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões relacionadas à educação.

## Quanto à intersetorialidade e colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para **enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica**, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou a uma **utilização mais racional dos recursos**, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as **sinergias entre as diferentes áreas**, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;

- A **colaboração entre diferentes setores levou ao planejamento de ações inovadoras no campo do atendimento social**, como, por exemplo, o envolvimento da secretaria de mulheres em ações de enfrentamento da pobreza menstrual juntamente às secretarias de educação, saúde e assistência social. Cada setor contribuiu com sua perspectiva para buscar soluções potenciais que poderiam não ter sido evidentes de forma isolada;
- A articulação de redes de serviços, para atendimento das demandas das famílias, permitiu que os **sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos**, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;
- A abordagem intersetorial e a articulação de redes viabilizaram que as crianças e famílias recebessem **atendimento contínuo**, mesmo quando houve mudança de demandas ou quando se deslocaram entre diferentes serviços ou setores. A **recorrência do acompanhamento** é uma estratégia necessária diante de condições de vida que apresentam desafios tão graves e complexos;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum, **amplia e fortalece o advocacy e a incidência em políticas**, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;
- A **ativação dos territórios e bairros da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar** promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de educação, saúde, assistência social, sociedade civil, entre outros, **fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertença**;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a **troca de conhecimentos e os incentiva à melhores práticas**, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma **cultura de trabalho intersetorial** no município.



Você conhece alguma  
criança fora da escola

 99222-8843

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:

